

Sumário

Vida Espiritual

- 234 10ª Ficha: Capítulo VI: O Governo. Nível Local
Padre Javier Alvarez, Diretor geral
- 247 Pista para o Retiro mensal: “E vós tendes permanecido comigo nas minhas provações”
(Lc 22, 28)
Padre Javier Alvarez, Diretor geral

Encontro das Visitadoras

- 251 Introdução
- 253 O Projeto Dream
Padre Robert Maloney, cm e Irmã Catherine Mulligan, Filha da Caridade
- 259 IPS (Serviço Internacional de Projeto)
Irmã Felicia Mazzola, Filha da Caridade

Desafios atuais

- 268 Introdução
- 269 Os migrantes, um dom para a Igreja e a sociedade
a partir das perspectivas de um migrante
Senhor Gabriel Katuvadioko
Permanente da Capelania das comunidades africanas
- 276 Os migrantes, um dom para a Igreja e a sociedade
a partir das perspectivas de um dos membros de uma ONG a serviço dos
refugiados
Padre Eddy Jadot, sj
Membro do Serviço Jesuíta aos Refugiados
- 285 Viver com os migrantes (Testemunho da França - Norte)
Irmã Bernadette Anouchian, Filha da Caridade
- 290 Trabalhar com a Cáritas Tunisiana (Testemunho da África do Norte)
Irmã Purificação Santamaria, Filha da Caridade
- 293 Um Centro Social para os migrantes (Testemunho de Bogotá)
Irmã Ursulina Quintero, Filha da Caridade

Atualidade das Províncias

Nomeações

- 296 Nomeação das Visitadoras e Diretores provinciais

Testemunho das Irmãs

- 299 Província da África Central:
Visita do Padre Grégory Gay, Superior geral
Um grupo de Irmãs

Palavra dos Pobres

- 301 Quase-Província: “Meu Evangelho é minha mãe!”
Irmã Hélène-Marie, Filha da Caridade

Notícias breves

- 303 Um bebê judeu salvo em Salonika
Vittorio Citteric, trecho do Jornal *Avvenire*

10ª Ficha de estudo sobre as Constituições renovadas

CAPÍTULO DE VI: O GOVERNO

NÍVEL LOCAL (C. 81 - 83; E. 63 - 67)

I – INTRODUÇÃO

O “nível local” é aquele que atinge mais de perto as Irmãs. Evidentemente, o Provincial também as atinge, porém, não de maneira tão direta. Pode-se constatar isto no artigo 34 das Constituições quando afirmam “*A Comunidade é o primeiro lugar de pertença das Filhas da Caridade*”. Nós acrescentamos que é o primeiro e o principal. Realmente, para muitas Filhas da Caridade, a imagem que elas têm da Companhia está ligada à experiência que viveram nas diferentes comunidades às quais pertenceram. A partir desta simples constatação, podemos ver o quanto é necessário prestar atenção a este lugar concreto tão importante para o ser e a atividade de uma Filha da Caridade.

Através deste nível de governo local, podemos destacar os princípios gerais relativos ao governo dos artigos 60 a 63 os quais já comentamos na primeira parte da oitava ficha. Seria bom relê-las antes de começar o estudo desta ficha. Encontrarão nela as principais mudanças, assim como alguns comentários sobre as afirmações mais importantes referentes aos três pontos essenciais: a Comunidade local, a Irmã Servente e o Projeto comunitário local.

II. PRINCIPAIS PONTOS DA FICHA

1. A COMUNIDADE LOCAL

A Constituição *Lumen gentium* do Concílio Vaticano II afirma que é toda a Igreja universal que é representada e age em cada Assembléia Cristã. Se olharmos para um poliedro, percebemos que toda figura geométrica pode repousar em cada uma de suas bases, isto pode servir para que possamos compreender um pouco melhor a relação entre a Igreja universal e uma comunidade concreta.

Na mesma ótica, esta explicação pode nos ajudar a compreender que o espírito e o fim da Companhia estão vivos e se encarnam em cada comunidade local. É lá que “*cada Filha da Caridade, unida a suas Irmãs, realiza sua vocação*” (C. 81) e que seu sentido de pertença à Companhia inteira cresce (cf. C. 34). Eu diria até mesmo que a comunidade local encarna e representa de fato, não só a Companhia mas toda a Igreja universal. É assim que nós podemos interpretar a expressão “*célula viva da Igreja*”, no princípio do artigo 81 das Constituições.

Por causa dos princípios de participação e co-responsabilidade, a edificação da comunidade diz respeito a todas as Filhas da Caridade, não só a Irmã Servente. Podemos considerar que ela é a primeira, mas não está sozinha pois, como dizem muito bem as Constituições, a Irmã Servente “*é responsável com suas Irmãs pela realização de sua missão comum*” (C. 82a). Como estes princípios se concretizam neste capítulo do governo local? As Irmãs participam das consultas feitas pela Visitadora na Província para a nomeação de novas Irmãs Serventes (cf. C. 82b; E 65b), assim como a que se realiza em uma comunidade quando a Irmã faz parte desta (cf. C. 82c). Elas também participam das consultas da Irmã Servente para nomear a Assistente e a Econômica local (cf. E 66a, b). Elas participam do Conselho doméstico com pleno direito, na elaboração e aplicação do Projeto comunitário local, bem como, em todos os assuntos da vida atual que se referem à vida comunitária e à missão (cf. C. 82f; E 63, 66 c, 67).

2. A IRMÃ SERVENTE

Em junho de 1642 os Fundadores decidiram chamar “Irmã Servente” a responsável de cada Comunidade e esta escolha tem sido respeitada, desde então, este nome existe. Assim, pode-se expressar o sentido evangélico da autoridade: “*Logo, se eu, vosso Senhor e Mestre, vos lavei os pés, também vós deveis lavar-vos os pés uns aos outros*” (Jo. 13, 14). “*Não seja assim entre vós. Todo aquele que quiser tornar-se grande entre vós, se faça vosso servo. E o que quiser tornar-se entre vós o primeiro, se faça vosso escravo. Assim como o Filho do Homem veio, não para ser servido, mas para servir e dar sua vida em resgate por uma multidão*” (Mt. 20, 26-28). As Constituições reconhecem que a Irmã Servente “*tem poderes próprios*” (C. 82d). Mas, estes poderes bem delimitados pelas Constituições, lhe são atribuídos para que ela possa servir sua comunidade com eficiência. A expressão, “*está atenta às necessidades de suas Irmãs*” (E 64 b), é uma outra maneira de afirmar seu serviço de autoridade.

Se lemos com atenção os artigos das Constituições que falam deste nível local de governo, percebe-se que a Irmã Servente tem uma grande importância para a Comunidade e então, para a Companhia inteira, a tal ponto que o Padre Quintano afirma, em um artigo do Eco que “*o serviço mais importante que se pode pedir a uma Filha da Caridade, é o de ser Irmã Servente*”. Alguns textos dos Fundadores confirmam esta afirmação: “*um dos maiores*

*bens que pode suceder à Companhia, é de ter uma boa Superiora e boas Irmãs do Conselho”; “todo bem e todo mal da casa depende da Superiora” uma Companhia é como um navio no mar que nos deve levar ao porto, e os superiores são como os pilotos que o devem dirigir”.*¹ Esta última imagem nos ajuda a desenvolver a idéia contida no estatuto 64b, referente a Assembléia e os Superiores gerais, eles são responsáveis de animar a Companhia e de guardá-la fiel ao seu espírito e à sua missão na Igreja. Para isto, eles dispõem de alguns meios: o exercício do governo, os documentos, as eleições e as nomeações, as circulares, as visitas, as reuniões do Conselho, os guias dos diferentes ofícios, as sessões de formação, os tempos de planejamento e avaliação... O mesmo podemos dizer com relação ao governo provincial em relação à Província. Mas, para que tudo o que acabamos de mencionar chegue nas comunidades locais e passe para a vida, a pessoa-chave é a Irmã Servente. Se ela não cumpre sua função, tudo o que nós falamos se torna documentos não assimilados, orientações teóricas e programas sem aplicação.²

A) Principais mudanças sobre a nomeação da Irmã Servente nas Constituições renovadas.

Nas Constituições de 1983, a nomeação era feita pela Visitadora com duas condições, ela devia transmiti-la à Superiora geral e o Superior geral devia confirmá-la (cf. C. 3.45). Nas Constituições atuais, ao contrário, a nomeação é feita pela Visitadora que a comunica à Superiora geral (C. 82c). A razão desta mudança a nível das atribuições é devida, em parte à subsidiaridade que tornou possível a revisão destas competências em cada nível de governo, e também em parte ao crescimento da função da mulher na Igreja. Em nossa época, dificilmente compreende-se que a Superior geral confirme as nomeações das Irmãs Serventes na Companhia.

A partir do terceiro triênio, a Visitadora precisa do “*acordo da Superiora geral*” (C. 82 c) para nomear a Irmã Servente. Esta pequena mudança: “acordo” em vez de “comunicação”, pode significar que o ideal é que as Irmãs não sejam Irmãs Serventes por muito tempo. É por isso que, na prática diária, a nomeação é somente comunicada. Para os casos excepcionais, a partir do terceiro triênio é necessário “o acordo”. Agora, visto a situação da Companhia em muitas Províncias, o que é excepcional pode tornar-se habitual, mas sempre será por necessidades.

Neste mesmo artigo, é impressionante ver a insistência sobre a consulta da comunidade a partir do segundo triênio. Logicamente, se isto não foi indicado antes, foi porque a Irmã Servente pode vir de uma outra comunidade e que as Irmãs não a conheçam suficientemente. No caso de a Irmã Servente ser escolhida na mesma comunidade, de acordo com o artigo 82, a Visitadora deverá consultar a comunidade.

Evidentemente, as Constituições prevêm também a possibilidade de um mandato inferior a três anos. Pode ter aí razões particulares para isto. Neste caso, a Visitadora com seu Conselho examinarão e aprovarão estas razões (cf. C. 82); e não o Conselho Geral como indica o artigo 3.45 das Constituições de 1983. Eis uma outra consequência da aplicação do princípio de subsidiaridade.

Há uma outra mudança em relação aos anos de vocação. Para poder ser Irmã Servente é requerido que a Irmã tenha pelo menos dez anos de vocação (cf. E 64a) e não sete como o aditivo dez da Assembléia geral de 1985 determinava. Talvez tenha-se levado em conta a constatação de muitos sociólogos e pedagogos atuais: a evolução da juventude para a

maturidade se faz muito lentamente, mas também, hoje em dia o ofício de Irmã Servente é mais difícil do que antes.

B) Funções da Irmã Servente

O primeiro parágrafo do artigo 82 resume a missão da Irmã Servente: ela “*anima e dirige a Comunidade local cuja coesão assegura. Mantém-na em ligação com a Companhia e a Igreja*” (C. 82a). Padre Lloret, baseando-se neste artigo das Constituições apenas modificado, resumiu a missão da Irmã Servente nestes três verbos: guiar, unir e animar³. Nós, pensamos que o verbo “animar” é o mais importante e o mais necessário, porque animar significa: dar coragem à Comunidade para que ela alcance o objetivo para o qual foi fundada. A partir desta missão principal, podemos ver mais detalhadamente as diferentes funções que correspondem à Irmã Servente:

*** Animar a vida espiritual**

Este serviço que realmente faz parte da função da Irmã Servente está claramente expresso no artigo 36: “*A Irmã Servente cria com suas Irmãs uma atmosfera de fé, de oração, de cordialidade, de ardor apostólico na alegria*” (C. 36a). Se neste capítulo de governo, nós começamos falando de sua missão em relação à vida espiritual, não é um contra-senso porque se o governo não consegue animar a vida espiritual, significa que não se compreendeu bem seu verdadeiro sentido. São Vicente nos lembra a importância da vida interior: “*A vida interior é necessária, é necessário almejá-la; se a perdemos, perde-se tudo*”⁴.

Como a Irmã Servente pode animar a vida espiritual de suas Irmãs? Suscitando a qualidade e a autenticidade dos atos espirituais a fim de que estes se tornem a expressão e a fonte da vida interior, as duas coisas ao mesmo tempo. Por consequência, na vida espiritual, as Irmãs Serventes deverão realmente levar em conta esta orientação de Mère Guillemin: “*Quando um hábito se torna um gesto rotineiro, é preciso absolutamente encontrar o meio para revifcá-lo, revigorá-lo*”⁵. Um outro meio importante para a animação da vida espiritual pode ser a comunicação e o diálogo da Irmã Servente com cada uma de suas Irmãs, especialmente por ocasião do pedido de renovação. O artigo 36b e o Estatuto 21 dão orientações bem precisas e interessantes para que estas comunicações produzam os frutos esperados.

*** Animar a missão**

Esta missão encontra-se no Estatuto 63 e no artigo 82a. Animar a missão é muito mais do que administrar uma empresa de serviços sociais. Frequentemente a Irmã Servente tem uma responsabilidade muito pesada porque além de ser a animadora da Comunidade, é encarregada pela direção da obra. De qualquer maneira, a Irmã Servente nunca esquecerá que sua missão principal é a de motivar as Irmãs de sua Comunidade para que elas compreendam e vivam a missão de acordo com o espírito da Companhia e com uma visão vicentina do pobre e do serviço. Assim, evitar-se-á o risco de cair no profissionalismo. Para a animação da missão, um dos melhores meios é a reflexão apostólica (cf. C. 36a; E 11a). Um outro meio, em relação direta com a missão, é o Projeto comunitário local, mas adiante falaremos um pouco mais dele (cf. C. 83; E 67).

*** Animar a vida fraterna (cf. C. 35a, 63)**

A Irmã Servente deve começar aceitando a realidade sociológica e psicológica de sua comunidade: idades diferentes, mentalidades, caracteres... e também, nunca esquecer que a Comunidade é uma realidade que é preciso olhar através dos olhos da fé.

Nesta perspectiva, Deus a chamou e reuniu as Irmãs que formam a Comunidade. Nós, não escolhemos as pessoas que farão o caminho conosco, é Deus que as escolhe para nós. Deveremos então, construir juntas a Comunidade para a missão. Hoje, mas do que nunca, a animação da vida fraterna em comum, requer uma mística para motivá-la e sustentá-la.

Para animar a vida fraterna, a Irmã Servente deverá usar os meios indicados pelas Constituições nesta finalidade. Eis aqui alguns destes meios: suscitar e facilitar a co-responsabilidade e a participação das Irmãs na construção da comunidade; o diálogo que permite partilhar as experiências, discernir os acontecimentos a fim de tomar decisões; o clima de confiança, de liberdade e de alegria; a correção fraterna e a caridade espiritual; a informação... (cf. C. 32a - 36).

C) Ajudas da Irmã Servente na sua função de governo.

O princípio de co-responsabilidade mencionado no primeiro parágrafo do artigo 82 das Constituições chama as Irmãs a colaborar nas decisões de governo. Sabemos que a Irmã Servente será sempre a pessoa responsável pelas decisões comunitárias. Porém, as Irmãs da Comunidade são também responsáveis junto com ela, evidentemente à condição que tenham participado do discernimento que precede a decisão. Este princípio da co-responsabilidade requer da parte da Irmã Servente uma mentalidade em conformidade com a sensibilidade atual que dá muito valor à pessoa, à liberdade, à participação, à igualdade e ao diálogo. A Assembléia geral levou bem em conta estes valores e os encontramos nas Constituições. Este princípio da co-responsabilidade que concerne todas as Irmãs que fazem parte da Comunidade está na base das diferentes estruturas de governo como:

*** A Assistente ou as Assistentes da Comunidade**

Não se trata da Assistente da Irmã Servente, mas da comunidade local (*“de acordo com as necessidades da Comunidade local”*, diz o E. 66a). É por isso que é a Visitadora que a nomeia. Nas Constituições atuais, não há indicação de tempo para a Assistente ou as Assistentes, como constava nas Constituições de 1983 (*“ela é nomeada por três anos ... e pode ser renomeada por mais três anos”*). As Constituições atuais usam a expressão aberta, *“A Assistente é nomeada por um tempo determinado pela Visitadora com seu Conselho”* (cf. E 66a). Esta fórmula permite à Visitadora adaptar a nomeação da Assistente às circunstâncias e às reais necessidades de cada comunidade. Foi certamente a experiência que inspirou esta mudança. Observemos que é a Irmã Servente quem deve fazer o pedido à Visitadora de uma Assistente para a comunidade. Mas, logicamente antes deste duplo pedido (necessidade ou conveniência de ter uma Assistente, proposição de nomes para realizar este ofício) é necessário uma preparação, o estatuto 66 (a) fala da Irmã Servente *“que terá consultado a comunidade”*.

A Assistente da comunidade local é uma prova da importância da Irmã Servente para a comunidade. De fato, a função da Assistente existe para evitar a vacância de governo na comunidade. Este ofício é também, a garantia de que na Comunidade, haverá sempre uma Filha da Caridade com a missão de animar, dirigir e unir o grupo de Irmãs reunidas em torno do carisma de São Vicente (C. 82a). Normalmente, é a função da Irmã Servente, mas se ela vier a faltar, esta será a função da Assistente. Então, como seu nome indica, sua função

principal é substituir a Irmã Servente quando esta estiver ausente da comunidade ou na impossibilidade de cumprir seu ofício. Em tempo ordinário, a função da Assistente “é estabelecida com a Irmã Servente” (E 66a). É óbvio que as duas pessoas em questão não são outras além da Irmã Servente e da Assistente.

*** A Ecônoma local**

É preciso unirmos a pessoa da Ecônoma local com a Irmã Servente porque, de fato, é uma auxiliar para ela em relação a sua missão de governo. O artigo 82e das Constituições expressa claramente que a Irmã Servente é responsável pelos bens temporais da Comunidade local. Como a Ecônoma local é uma auxiliar da Irmã Servente, é ela quem deve nomeá-la, depois de ter consultado a Comunidade. Pela mesma razão, a Ecônoma realizará sua missão “sob a direção da Irmã Servente” (E 66b).

Observemos a progressão entre as Constituições de 1983 e as de 2004 em relação à conveniência do ofício da Ecônoma local: a expressão “em algumas comunidades” tornou-se “nas Comunidades locais, na medida do possível”. Esta última orientação se ajusta muito melhor ao Código de Direito Canônico que aconselha a entrar vivamente nesta co-responsabilidade efetiva e real ⁶. Como a Assembléia estava consciente das dificuldades que se apresentam para nomear uma Ecônoma em todas as comunidades locais, então utilizou expressões bem abertas: “na medida do possível”, “por um tempo determinado” (E 66b).

*** O Conselho doméstico.**

Este deve ser considerado como uma estrutura apropriada que nos assegurará um governo fraterno, porque garante a cooperação e a co-responsabilidade às quais as Constituições nos convidam com tanta insistência. São Vicente já falava disso e ele via o quanto era necessário instituí-la, embora esta idéia, na realidade, não tenha sido alcançada no tempo dos Fundadores nem mesmo depois. ⁷ As Constituições de 1983 falavam do Conselho doméstico como uma estrutura opcional: “A Irmã Servente pode ser assistida por um Conselho doméstico” (E 56 das Constituições de 1983). Mas, o que era uma opção nestas Constituições tornou-se obrigatório a partir do aditivo 15 da Assembléia geral de 1985. A última Assembléia geral pensou o mesmo: “A Irmã Servente... É ajudada por um Conselho doméstico constituído pelo conjunto da comunidade. Entretanto, nas casas onde for necessário, ela pode ter um Conselho doméstico mais restrito” (C. 82f). “No caso de um Conselho doméstico restrito, os membros são nomeados pela Irmã Servente, depois de consultar a Comunidade local. A nomeação é comunicada à Visitadora” (E 66 c).

Esta prescrição sobre o Conselho doméstico tem por objetivo ajudar a Irmã Servente na sua função de governo. O Código de Direito Canônico determina claramente que todo Superior deve ser ajudado por seu Conselho. ⁸ Não podemos absolutamente dizer que o Conselho doméstico não é necessário porque já temos os encontros e as reuniões comunitárias mencionadas no Estatuto 63. Trata-se de duas estruturas diferentes e complementares ao mesmo tempo. Com efeito, o que cabe ao Conselho doméstico são as questões que se referem ao bom andamento da comunidade e que podem afetar a vida das Irmãs: a economia, a organização, o horário, as atividades especiais etc... tudo isto, evidentemente, sem sair dos limites do governo local. Os outros encontros comunitários dos quais fala o Estatuto 63 referem-se à elaboração ou à revisão do Projeto comunitário local, à formação e à reflexão apostólica.

Como organizar o Conselho doméstico? Ele deve ter sua estrutura própria. Concretamente, ele deve realizar-se periodicamente de acordo com um calendário estabelecido e conhecido com antecedência (por exemplo, todos os trimestres). A Irmã Servente deve fazer uma lista dos pontos a serem tratados; haverá um diálogo construtivo em cada um destes pontos; uma secretária deverá tomar nota do que será falado e das conclusões; deve ser feito um registro destes pontos com as atas do Conselho para que se possa consultá-los. A moderadora sempre será a Irmã Servente ou, em sua ausência, a Assistente. Para terminar, não esqueçamos que o Conselho doméstico não é um órgão de decisão mas de consulta.

As Constituições prevêm a possibilidade de um Conselho doméstico restrito. Normalmente, esta não será a regra, mas antes uma exceção. Quando estabelecer um Conselho doméstico restrito? Quando o número dos membros da Comunidade for realmente importante ou quando houver grandes dificuldades para o bom funcionamento da comunidade. Neste momento, a Irmã Servente deve prever os meios para informar bem a Comunidade sobre os assuntos que tenham sido tratados.

Todos estes níveis de participação indicados pelas Constituições são modos concretos para aplicar os princípios de subsidiaridade e de participação sobre os quais se insiste tanto nas Constituições. Seria pois, realmente contraditório falar destes princípios e em seguida não querer empregar os meios indicados pelas Constituições para aplicá-los. Quem quer o fim quer os meios. Nós vimos que todos os meios de participação não são obrigatórios. Pois bem, eu penso que mesmo se é o caso, será bom aplicá-los, porque sem dúvida alguma, será uma boa maneira de colocar solidamente em prática a participação, a co-responsabilidade e a subsidiaridade.

3 - O PROJETO COMUNITÁRIO LOCAL

Um outro meio excelente para viver, na comunidade local, o sentido da co-responsabilidade, a co-participação, a pertença e a subsidiaridade. Podemos considerar o Projeto comunitário local, em relação ao Provincial, como uma aplicação deste nas circunstâncias, necessidades e preocupações particulares de uma Comunidade. Alguns Estatutos precisam também ser especificados, como por exemplo os nº 1, 2, 3, 4, 6, 7... logo, o lugar apropriado pode ser o Projeto comunitário local.

O que as Constituições dizem sobre este meio que dinamiza a vida comunitária é suficiente se o levarmos bem em consideração (cf. C. 35a, 83; E 67). Recordemo-nos alguns pontos já mencionados no lugar que lhes corresponde. Primeiramente, o Projeto deve ser bem inculturado. Para isto ele deve se referir à missão da Igreja local e à missão da Província (cf. C. 83). O Estatuto 67 nos traça o caminho a seguir para elaborá-lo: o Projeto “*é preparado na oração*”, isto é, o Projeto comunitário é uma ocasião ideal para o discernimento comunitário, também durante sua execução é necessário rezar. É neste clima que cada Irmã prepara sua participação, estando atenta a fazê-lo em comunhão com o Espírito Santo. “*Elaborado em conjunto*”: o método para elaborar o Projeto deve ser suficientemente participativo para que todas as Irmãs, de uma maneira mais ou menos direta, possam se expressar. Sabemos muito bem que todas não participam com a mesma intensidade. É inevitável. O que é necessário evitar a todo custo, é que uma Irmã possa se sentir excluída, porque, neste caso, o Projeto não seria comunitário. Para que toda a Comunidade participe de uma maneira satisfatória, é indispensável buscar um bom método de trabalho.

“O Projeto... é proposto à Visitadora com seu Conselho para a aprovação”. Esta aprovação da Visitadora com seu Conselho quer dizer que o Projeto comunitário está em conformidade com o Projeto provincial e por consequência com as Constituições e os Estatutos.

O segundo parágrafo do E 67 nos indica em que deve consistir o Projeto. Ele deve abranger “*todas as modalidades concretas da vida comunitária*”, isto é, a vida espiritual, a vida comunitária e a vida de serviço. Todas as dimensões devem ser programadas e orientadas de acordo com todas as circunstâncias as quais já mencionamos acima. O que significa dizer que o Projeto deve ser revisado periodicamente. Para terminar, podemos acrescentar uma reflexão que saiu da Assembléia geral de 1997 sobre os Projetos comunitários: eles devem ser “criativos, realistas, exigentes e avaliáveis”⁹. Deste modo, e só assim, o Projeto comunitário local será um instrumento que revitaliza, além de ser uma estrutura fraterna de governo.

III ALGUMAS QUESTÕES PARA FACILITAR A REFLEXÃO PESSOAL E AS PARTILHAS COMUNITÁRIAS (ENTRE COMUNIDADES, OU A NÍVEL PROVINCIAL...)

- Compare as Constituições renovadas com as de 1983. Veja as mudanças que foram introduzidas nos artigos que correspondem a esta ficha.
- As Constituições dizem muitas coisas sobre as Irmãs Serventes, qual é ou quais são aquelas que lhe parecem (a) as mais importantes?
- Com relação ao Conselho doméstico:
 - se em sua comunidade ele ainda não está em vigor: quais são as vantagens e os inconvenientes que você vê nele? Quais são seus temores?
 - se este já existe em sua comunidade, funciona bem? Qual é sua utilidade?
- Em sua comunidade, você acredita que uma Ecônoma local seria útil?
- Olhando o artigo 83 das Constituições e o Estatuto 67, quais são suas convicções sobre o Projeto comunitário local, seus temores?

IV LEITURAS COMPLEMENTARES PARA APROFUNDAR O CONTEÚDO DESTA 10ª FICHA

- *Diretrizes da Irmã Servente*
- M. LLORET, *a Irmã Servente, por quê? como?* “Ecos da Companhia” março de 1989 pág. 89-97
- F. QUINTANO, *A Assembléia e o Projeto comunitário*, “Ecos da Companhia” (1996) p. 48 – 55

Pe. Javier Álvarez, diretor geral
Pe. Fernando Quintano, CM

Notas

¹ Coste X p. 261-262 Conf. de 22 de maio de 1657.

² Cf. F. Quintano, A Irmã Servente animadora de quê? Como? “Ecos da Companhia” (2000) p. 407...

³ Cf. M. Lloret, A Irmã Servente, porquê? como? “Ecos da Companhia” março de 1989 p. 89-97

⁴ Coste XII p. 131 Conf. de 21 fevereiro de 1659.

⁵ Mère Guillemin Instrução às Irmãs Serventes 1966 p.196

⁶ Cf. Código de Direito Canônico nº 636

⁷ Coste XIII p. 611 – 615; Conselho de 5 de julho de 1646.

⁸ Cf. Código de Direito Canônico nº 627 &1

⁹ Assembléia geral de 1997, Um fogo novo, p. 7

PISTA PARA O RETIRO MENSAL

***“E vós tendes permanecido comigo nas minhas provações”
(Luc 22,28)***

A cultura na qual nós estamos mergulhados é marcada pelas duas leis próprias da tecnologia: a rapidez e a eficácia. Em toda atividade humana, o circuito dinâmico funciona assim: tal causa, tal efeito; tal ação, tal reação; tais esforços, tais resultados. Os resultados são recompensados e estimulam o esforço. Os jovens dificilmente compreendem que seu trabalho não dá frutos imediatos, mas a médio ou a longo prazo. Nós, adultos, não somos muito pacientes hoje.

Porém, hoje em dia, a paciência é realmente indispensável. É verdade que nosso tempo exige a justiça, a paz, a utopia. Mas, ele também precisa de uma boa dose de resistência, de contemplação e de amor. Para alcançar esta primeira qualidade precisamos nos exercitar a cada segundo, porque a paciência é a água e o adubo para que os valores humanos, evangélicos e vicentinos possam crescer em nós e em nosso contexto. É evidente que, só a paciência não é a garantia de um futuro melhor, mas pelo menos ela abre esta possibilidade, impulsiona a continuar a busca e ativa os valores como: a perseverança, a fidelidade, o discernimento, a confiança, a contemplação e o amor.

PRECISAMOS DE PACIÊNCIA

Precisamos da paciência para compreender e aceitar o fato de que com grande esforço haverá pequenos resultados ou, pelo menos, aceitar a possível desproporção entre o esforço e o resultado. Isto acontece frequentemente, como aconteceu aos pescadores que tinham lançado suas redes e passado a noite toda acordados. Ao amanhecer, viram que suas redes estavam completamente vazias (cf. Luc 5, 5).

Uns dizem que a paciência é a arte de esperar, outros dizem que é a arte de saber. Podemos combinar os dois conceitos: é a arte de saber esperar. A paciência gera a perseverança. Na vida, em geral, não há salto: nem na biologia, nem na psicologia, nem na vida espiritual, nem nos resultados de nossos serviços. Se o grão de trigo foi semeado esta tarde, nós não temos a idéia de ir na manhã do dia seguinte, ver se ele nasceu. Ele precisa dormir durante dias e dias. Depois de várias semanas, uma pequena miniatura de planta brota timidamente. Depois, durante meses, esta planta vai crescendo até se transformar em um bonito caule. A paciência significa que não há salto, mas pequenos passos.

AS DUAS DIMENSÕES DA PACIÊNCIA

Como pano de fundo destas duas dimensões, temos o testemunho da Sagrada Escritura sobre este atributo de Deus: o Senhor reconstrói as ruínas (cf. Am. 9,11), cura as infidelidades (cf. Os. 14, 5), refaz as cerâmicas quebradas (cf. Jr. 18), reúne os dispersos (cf. Is. 43,5), revitaliza os ossos secos (cf. Ez. 37), prolonga os prazos e dispensa as dívidas (cf. Mt. 13, 24-30; 18, 23-35). *“Mas vós, Deus nosso, sois benfazejo e verdadeiro, vós sois paciente e tudo governais com misericórdia”* (Sab. 15, 1). Na parábola que Lucas nos apresenta, o viticultor saiu em defesa da figueira que estava estéril há muito tempo: *“deixa-a ainda este ano; eu cavarei ao seu redor e colocarei adubo”* (Lc. 13, 8).

A primeira dimensão da paciência é de ser paciente consigo mesmo. Nós revisamos nossa vida e facilmente tiramos a conclusão que nos encontramos sempre no mesmo ponto. Pensava-se ter progredido mas isto não aconteceu, o que fazer? Lembremo-nos que Deus é especialista em prolongar o tempo. Edith Stein gostava de dizer: *“Seja paciente porque Deus o é”*. A paciência é uma ferramenta indispensável no processo da construção pessoal, um anjo de luz que indica a próxima etapa neste longo progresso para dentro de nós mesmos. *“... o tempo que eu cavo ao redor com a pá para aí pôr adubo”*. A paciência ativa nos leva a rejeitar o desânimo, a recomeçar, a nos amar.

A paciência se aplica também na vida comunitária. Os ritmos das pessoas não são os mesmos, os caracteres são diferentes, as situações comunitárias podem ser às vezes muito complexas, as soluções não vêm imediatamente porque a conjunção das vontades nunca se faz automaticamente. Afinal de contas, a vida comunitária exige paciência, e é desta virtude que nós falamos tão freqüentemente na vida atual que vêm as virtudes tão recomendadas por São Vicente para a vida comunitária: o respeito, a tolerância e o perdão.

A PACIÊNCIA NO SERVIÇO DO POBRE

Esta virtude da paciência também deve reinar lá. São Vicente, quando nos fala dos pobres, nos faz compreender o quanto é necessária esta virtude: *“Eles são teus mestres, mestres terrivelmente susceptíveis e exigentes”*. Hoje, o serviço, qualquer serviço, qualquer obra, é marcado pelo ritmo das pessoas (às vezes muito lento); às vezes, são pessoas ou instituições que realizam o serviço com motivações diferentes das nossas... Será que o serviço pode ser bom com a impaciência, a agressividade, com modos bruscos? Estirando a corda, além do normal, pode-se conseguir algo? O que significa a recomendação de Jesus no Evangelho *“não se apagará a mecha que fumeja?”* É óbvio que a paciência não significa espera, quando algo prejudica o pobre. As Filhas da Caridade estão lá para servir, melhorar ou denunciar certas situações. A paciência nos diz que, às vezes, esses caminhos são longos. Talvez, Joaquín García Roca nos dá uma explicação através deste princípio que ele expressa: *“pacientes nos processos, impacientes no objetivo”*. No mesmo sentido, Vaclav Havel nos comunica sua experiência e sua reflexão: *“Frequentemente eu quis acelerar o curso da história da mesma maneira que uma criança tentou fazer nascer mais rápido uma planta: esticando-a. Eu acredito que a arte de esperar deve-se aprender, assim como também a arte da criação. É necessário plantar as sementes com paciência, molhar a terra e dar às plantas o tempo do qual elas precisam para crescerem. Não podemos ser mais inteligentes do que as plantas. Mas pode-se também regar a história, diariamente e com paciência, não só com humildade, mas também com amor”*.

Mas, a paciência vai mais longe ainda. Aquele que é paciente sabe olhar a realidade e as situações dos pobres da mesma maneira que Deus olha tudo. Do mesmo modo como Jesus olha para nossa condição humana, como tantos e tantos contemplativos olham as feridas do mundo, tentando agir com audácia. Se olharmos no dicionário a palavra paciência, ele diz que os pacientes são aqueles que são capazes de fazer coisas difíceis e minuciosas. Seria necessário acrescentar que estes são também aqueles que têm coragem de imaginar o que a realidade pode se tornar, porque de certo modo eles já a contemplaram. Jó representa verdadeiramente o paciente por excelência, e isto não tem nada a ver com o que aceita as ofensas e as dores das quais é subjugado e resignado. Pelo contrário, sua paciência assemelha-se à tenacidade, à resistência, à perseverança no sofrimento e à busca da verdade.

PARA A MEDITAÇÃO PESSOAL E A PARTILHA

- **Leitura meditativa de Jó capítulo 1 e 2 até o versículo 10 e/ou Mt. 18,12- 35**
- **O que é a paciência para mim?**

Em que aspecto da minha vida devo crescer nesta virtude da paciência?

Introdução

Paris, 8 – 28 de maio de 2006

No dia 8 de maio de 2006 reuniram-se na sala de Conferência da Casa-Mãe, em Paris, 77 Visitadoras e uma Responsável Regional convidadas pela Irmã Evelyne Franc, Superiora geral, para um Encontro Internacional a fim de prepararem a Assembléia geral de 2009.

Após o Retiro Espiritual de 8 a 16 de maio de 2006 pregado pelo Padre Javier Alvarez, Diretor geral, Mère Evelyne apresenta os objetivos do Encontro e Irmã Margaret Barrett, Assistente geral, expôs o desenvolvimento do Encontro.

Durante o encontro, as Visitadoras trabalharam os seguintes temas:

1 – A Companhia hoje

Este tema descreveu as tentativas de resposta da Companhia: ao drama da AIDS, às recentes catástrofes naturais, à violência que afeta a vida cotidiana de tantos de nossos contemporâneos, à pobreza que ela tenta amenizar com projetos capazes de proporcionar verdadeiras mudanças de condições de vida, enfim, uma vivência mais intensa da solidariedade entre Províncias.

2 - A espiritualidade da Filha da Caridade, serva, testemunha e profeta

Esta reflexão trouxe um alimento substancial e destacou alguns desafios para uma maior coerência de nossa vida.

3 - A missão da Visitadora

As partilhas, em grupo e em sessão plenária, permitiram explorar 4 domínios particulares desta: o papel da animadora espiritual, a dinâmica da caridade criativa, o contexto jurídico do governo, a formação. Podemos também citar o mergulho no mundo dos Arquivos, outro sinal de nossa pertença.

4 - Um olhar rumo ao futuro

Dois dias de trabalho permitiram preparar a Assembléia geral de 2009 e destacar os desafios a serem enfrentados no futuro.

O Encontro terminou com uma partilha sobre as novas implantações, o serviço dos migrantes, as possibilidades do site web, a capacidade de unir nossas vozes, nossos recursos, humanos e materiais em favor dos pobres,... muitos sinais testemunham que a paixão por Jesus Cristo e os Pobres está bem viva.

Os Ecos apresentam neste número:

- Uma síntese da conferência sobre o “Projeto Dream” feita pelo Padre Robert P. Maloney, cm.
- Uma síntese da conferência sobre o “IPS” (Serviço Internacional de Projetos), apresentado por Irmã Felícia Mazzola, FC, diretora do IPS.

Encontro das Visitadoras

Paris, 8 – 28 de maio de 2006

O Projeto Dream

Notas tomadas durante a Conferência do Padre R. Maloney, cm

DREAM é a sigla inglesa de um programa de luta contra a AIDS e a desnutrição no mundo. “*Drug Resource Enhancement against AIDS and Malnutrition*” que significa: “Melhoria de recursos em medicamentos para lutar contra a AIDS e a desnutrição”.

Quando Ana Maria chegou pela primeira vez para participar do projeto DREAM, ela estava esquelética e pesava apenas 32 kg. Logo que ela descobriu que era soro positivo, seu marido a abandonou e os vizinhos rejeitaram-na. Enquanto lutava para cuidar de seus seis filhos, tomou consciência de que estava morrendo. Hoje, ela e os filhos estão bem. De fato, Ana Maria tem um discurso convincente e cheio de entusiasmo quando se engaja na luta contra a AIDS, é muito motivada pois ela tem certeza de que estaria morta se não tivesse recebido um tratamento.

A terrível realidade da AIDS no mundo

Hoje, com um diagnóstico precoce, cuidados adequados e um tratamento médico bem seguido, uma pessoa soro positivo pode levar uma vida relativamente normal; nos Estados

Unidos e na Europa Ocidental é o caso da maior parte dos pacientes. Mas, nos países mais pobres, a maioria dos pacientes morre, porque muito poucos recebem um bom tratamento. No mundo inteiro, a AIDS matou 3 milhões de pessoas em 2005, e o número total das pessoas que vivem com o HIV atinge seu nível mais alto na história, calcula-se 40 milhões de pessoas. Em 2005, surgiram 5 milhões de novos casos; aproximadamente 700.000 dentre eles são crianças com menos de 15 anos. Considerando que o número de mortes devido à AIDS nos Estados Unidos e na Europa Ocidental diminuiu de modo espetacular em razão do tratamento médico no mundo, ainda continua sendo a primeira causa de mortalidade para as pessoas de 15 a 50 anos de idade.

A África sub-saariana é a mais duramente atingida. 26 milhões de pessoas são soro positivo ou têm a AIDS, quase um milhão a mais que em 2003. Com efeito, dois terços das pessoas atingidas pelo HIV vivem na África Sub-saariana, e 77% das mulheres são portadoras do HIV. A Organização Mundial da Saúde estima que 95% dos que são portadores do HIV não sabem que eles têm o vírus. A África do Sul é no mundo, o país que tem o maior número de pessoas soro positivo ou atingidas pela AIDS com 5 milhões de vítimas.

Um dos impactos demográficos mais alarmantes do HIV é o efeito que ele tem sobre a expectativa de vida. Daqui a 2010, a expectativa de vida nos vários países mais atingidos poderá diminuir para menos de 40 anos.

Criação do Dream

Desde 2002, o Projeto Dream aplica na África, com um sucesso extraordinário, tratamentos provenientes do conhecimento e da tecnologia utilizados atualmente nos países desenvolvidos.

A Comunidade de Santo Egídio, cujos numerosos membros são profissionais da Saúde, criou o Dream e lançou um projeto piloto em Moçambique, em março de 2002. Esta comunidade leiga, fundada em 1968 em Roma e reconhecida canonicamente pela Igreja Católica, tem um compromisso particular com Moçambique. A relação com este país começou no início do ano de 1980 quando a Comunidade de Santo Egídio enviou ajuda humanitária a Moçambique durante a longa guerra civil que devastou o país; atingiu seu ponto culminante quando a comunidade serviu de mediadora em vista do acordo de paz que foi assinado em Roma, no dia 4 de outubro de 1992, após 27 meses de negociações. Foi então que surgiu o Projeto Dream.

Dream dá um tratamento às crianças e aos adultos que são soro positivo, mas seu objetivo específico é evitar a transmissão do vírus da mulher grávida a seu filho recém-nascido e preservar tanto quanto possível a saúde da mãe. O método utilizado é uma terapia anti-retroviral muito ativa, que às vezes é chamada de “tri-terapia” por causa da associação de 3 medicamentos que são administrados. A percentagem de sucesso é de 96% para as crianças nascidas de mães infectadas. Os resultados em curso são controlados cuidadosamente, cada dia, por um computador simultaneamente, em Moçambique e em Roma, a fim de que o Dream, além do programa de tratamento, possa continuar suas análises em vista de melhorar os tratamentos.

Um diagnóstico preciso desempenha um papel essencial no Dream. É a razão pela qual, um laboratório de biologia é indispensável para analisar a situação dos pacientes, controlar sua terapia e neutralizar os efeitos tóxicos que poderiam acontecer.

Dream esforça-se para manter uma taxa elevada de adesão de participantes. Utiliza meios como: as visitas em domicílio, um hospital com atendimento durante o dia, um centro de atendimento mãe-filho, um programa de creche para garantir a aplicação regular dos medicamentos.

A fome e a desnutrição enfraquecem as defesas dos pacientes e aumentam a probabilidade de mortes. Eis porque Dream controla também o estado nutricional das pacientes, dedica tempo à educação da saúde, orienta uma alimentação equilibrada. Com a ajuda do Programa Mundial Alimentar e de outras ONGs, distribui alimentos às mães e suas famílias.

Dream trabalha em parceria com os países de acolhimento, ainda que seu financiamento não passe pelos governos locais, e focaliza a capacidade de constituir e treinar pessoal nativo a fim de que estas pessoas possam assumir a continuidade e assegurar a direção do programa. Em cada país, é assinado um acordo com o Ministro da Saúde para garantir a cooperação do governo e seu apoio a este projeto.

Os membros

Em 9 de junho de 2005, a Comunidade de Santo Egídio e as Filhas da Caridade firmaram um acordo de colaboração assinado pela Superiora geral e o Presidente da Comunidade Santo Egídio. As vantagens desta cooperação entre a Companhia e a Comunidade Santo Egídio são consideráveis. Santo Egídio fornece o protocolo do projeto Dream para o tratamento da AIDS bem como a formação e a avaliação da utilização deste protocolo. As Filhas da Caridade fornecem o pessoal, sua experiência na área da saúde, seus contatos com a população local nativa, e talvez o mais importante, asseguram que os recursos financeiros do programa atenderão diretamente os mais pobres dos pobres. A participação conjunta das duas comunidades oferece a garantia de um custo mínimo, mas de alta qualidade, sendo que o tratamento é totalmente gratuito.

Mère Evelyne nomeou duas Irmãs para representá-la nos encontros de reflexão, avaliação. As Filhas da Caridade e a Comunidade Santo Egídio já colaboram no projeto Dream em Moçambique há vários anos. No dia 1º de maio, o projeto Dream começou na Nigéria. Quando tivermos dinheiro disponível, num futuro próximo, esperamos abrir quatro outros centros na África, em Mbandaka, no Congo. Desejamos também criar este projeto na Ásia. O Padre Maloney, cm, coordena a colaboração entre a Comunidade de Santo Egídio, as Filhas da Caridade e, às vezes, outros grupos. Assim, as Irmãs da Misericórdia de São Vicente de Paulo de Untermarchtal, por exemplo, estão negociando com Santo Egídio para uma possível colaboração na Tanzânia.

Durante os últimos meses, as Filhas da Caridade e a Comunidade Santo Egídio iniciaram uma nova relação de parceria com a *Catholic Relief Services* (CRS) que, graças a um financiamento dado pelo governo dos Estados Unidos, fornece uma terapia anti-retroviral para nove países.

Formação

A Comunidade Santo Egídio, já patrocinou programas de formação para mais ou menos 1000 pessoas procedentes de 20 países: médicos, enfermeiros, pessoal de laboratório, Assistentes Sociais, técnicos de informática e visitantes em domicílio... Os professores têm

por objetivo comunicar aos participantes não apenas o conhecimento científico mais atualizado sobre a AIDS, mas também os objetivos do Projeto Dream.

As repercussões da AIDS

Os efeitos mais trágicos da AIDS são não somente o grande número de mulheres soro positivas, mas também de órfãos que são obrigados a deixar a escola para poderem ocuparem-se de seus irmãos e irmãs menores e, por consequência, a perda de líderes e de profissionais na próxima geração

O financiamento

O financiamento da instalação e do funcionamento do Projeto Dream constitui um enorme desafio. Embora a Comunidade de Santo Egídio, as Filhas da Caridade, e numerosos voluntários do *Catholic Relief Services* realizem o seu serviço gratuitamente, as despesas do funcionamento em cada país aumentam aproximadamente um milhão de dólares porque é necessário treinar o pessoal, construir um laboratório, comprar o equipamento e os medicamentos, adquirir o material de informática e softwares. Logo que o programa é instalado, as despesas de funcionamento são consideravelmente mais baixas. Mas o trabalho de laboratório, a formação do pessoal, a alimentação, e a compra de medicamentos permanecem na categoria das despesas indispensáveis. Felizmente, Dream compra os medicamentos por um preço bem mais baixo. O tratamento de um paciente custa \$ 300, uma importância quase igual ao rendimento anual de muitos africanos.

O Instituto Seton que foi fundado em 1985 e que tem sua sede em Daly City, na Califórnia, tem vínculos históricos estreitos com as Filhas da Caridade e as ajuda na arrecadação de fundos. Busca apoio financeiro para o Dream junto aos órgãos públicos e privados. O Serviço Internacional de Projetos (IPS), das Filhas da Caridade ajuda também na busca de fundos. Dream já recebeu ajudas financeiras do Banco Mundial e de dois bancos italianos. Como a terapia dos pacientes soro positivos dura a vida inteira, a busca de fundos, tanto públicos como privados é permanente.

A maior parte dos governos europeus envia sua ajuda financeira ao Fundo Mundial que assegura o financiamento internacional de saúde. Mas o Fundo Mundial envia diretamente seus recursos para os governos mais necessitados. Isto resulta que as ONGs e as Associações religiosas, como as nossas, devem pedir aos próprios governos africanos para receberem uma ajuda financeira. Infelizmente, há muita corrupção.

Outras formas de ajuda governamental, tais como os fundos recebidos por *Catholic Relief Service*, são disponíveis somente em alguns países, frequentemente escolhidos por razões políticas. Continuamente fazemos este apelo a fundos procedentes de fundações ou de grupos privados.

Conclusão

Joãozinho tornou-se o símbolo do Dream. Ele é a milésima criança nascida de uma mãe soro positivo que recebe tratamento, ele tem agora a chance de levar uma vida sadia. E ainda, sua mãe está viva e com boa saúde. Seu tratamento médico a ajudou tanto que, agora está sendo reduzido, pois seu sistema imunitário está quase normal. O sucesso do tratamento

do Centro Dream de Matola em Moçambique é agora reconhecido. Os maridos vêm agora em número crescente para os exames médicos. Portanto, é muito provável que Joãozinho não perderá nem sua mãe nem seu pai e evitará unir-se às fileiras de milhões de órfãos na África sub-saariana.

Padre Robert MALONEY, cm
Irmã Catherine MULLIGAN,
Filha da Caridade

Encontro das Visitadoras
Paris, 8-28 de maio de 2006

IPS
(Serviço Internacional de Projetos)

Notas tomadas durante a Conferência de Irmã Mazzola, fc

O fogo do amor por Jesus Cristo crucificado, que animava as nossas primeiras Irmãs, é sempre o mesmo que anima o coração das Filhas da Caridade hoje, e que as impele a correr para aliviar todo tipo de miséria humana.

IPS (Serviço Internacional de Projetos) nasceu em 2004. Depois de uma breve apresentação de seu desenvolvimento e de seu objetivo, eu lhes explicarei seu modo de funcionamento, o caminho percorrido até hoje, os tipos de projetos financiados no ano passado, a maneira de fazer os pedidos e, finalmente, o que pode interessar cada Província.

I – Origem e objetivo

Há 4 anos aproximadamente, a Comissão Internacional de Finanças estuda os projetos provenientes das Províncias onde cada uma apresenta suas necessidades financeiras. O montante máximo de dinheiro autorizado para cada Província era de 25.000 dólares, soma correspondente ao montante disponível para os projetos. Mas, cada ano, o número de projetos aumentava. Irmã Evelyne Franc, então Ecônoma geral, discutiu com a Comissão, a possibilidade de criar um Serviço de Filhas da Caridade que teria como preocupação buscar fundos fora da Companhia a fim de responder às necessidades crescentes das Províncias. Em maio de 2004, Irmã Evelyne, eleita Superiora geral, toma a decisão com seu Conselho de criar o “Serviço Internacional de Projetos” (IPS), e nomeou-me Diretora deste Serviço.

IPS tem por objetivo:

- Obter recursos externos para manter as obras das Províncias nos países desfavorecidos.
- Aceitar toda doação, qualquer que seja sua quantia.

Trata-se de conservar a tradição vicentina que é de levar ao conhecimento das pessoas mais ricas as necessidades dos desfavorecidos para que possam ajudá-los. Isto se faz através de pedidos por escrito de financiamento enviados às Fundações ou de cartas dirigidas às diferentes Associações ou pessoas dispostas a fazer doações financeiras, seja para um projeto

particular, seja para um projeto a serviço dos mais pobres. IPS não aceita apenas doações financeiras, mas também doações em medicamentos, equipamentos, e mesmo em pessoal. Assim tivemos, até mesmo, a oportunidade de enviar alguns voluntários às Províncias.

II – Como funciona o IPS

Antes que o IPS começasse a aceitar projetos, alguns critérios e procedimentos foram estabelecidos. Aprovados por Irmã Evelynne com seu Conselho, as Províncias são convidadas a respeitá-los. Encontramo-os na descrição do Programa com o formulário de pedidos. Eis alguns:

- 1- IPS não pede fundos às Províncias porque o excedente das Províncias é enviado à Cúria generalícia seja para as necessidades da Cúria ou para a ajuda interprovincial. (Conforme a C. 90 e o E. 72). Entretanto, pode acontecer excepcionalmente que um ano, uma Província possa dispor de um excedente importante e destine uma parte ao IPS.
- 2- IPS ajuda as Províncias dos países pobres, Províncias que estão impossibilitadas de prover financeiramente suas próprias necessidades e as de suas obras. Trata-se de Províncias que normalmente recebem uma ajuda da Cúria generalícia. É verdade que há pobres em todos os países mas os países desenvolvidos têm mais possibilidades para conseguir ajuda financeira. (Logicamente, estes critérios atuais são susceptíveis a mudar no futuro, à medida que o IPS continue a se desenvolver)
- 3- IPS é um serviço opcional que as Províncias podem utilizar ou não, e são livres de buscar fundos por seus próprios meios. O IPS serve de vínculo entre as Províncias e as Fundações. Em certas situações, o IPS pode ser até mesmo uma mediação entre as Províncias que buscam fundos em Fundações independentemente do IPS. Assim, as Províncias da Eslováquia, da América Central e do Oriente Médio enviaram projetos à Fundações americanas e obtiveram fundos. Mas, nos Estados Unidos, a maior parte das Fundações recusa enviar dinheiro diretamente a um outro país: então, o IPS serve de mediação recebendo o dinheiro das Fundações e repassa-o em seguida à Irmã Rita, Ecônoma geral que, por sua vez, envia-o à Província interessada.
- 4- Quando o custo de um projeto excede o limite das despesas autorizadas para uma Província, esta deve obter a autorização da Superiora geral com seu Conselho antes de submeter o pedido do projeto ao IPS. Esta é uma nova Diretriz que entrou em vigor em outubro de 2005 (conforme a C. 91c).
- 5- Quando Irmãs a título individual, Comunidades locais ou obras apresentam projetos por intermédio do Conselho provincial, a Visitadora, com seu Conselho, aprova os pedidos de projetos devidamente preenchidos e os envia ao IPS.
- 6- O IPS não está em condições de buscar dinheiro para os socorros de emergência, como para a catástrofe do Tsunami, porque deve dispor de tempo suficiente para fazer o pedido de fundos e poder adquirir a ajuda necessária. Às vezes, o processo pode levar quase um ano.
- 7- É preciso que haja uma grande probabilidade para que o IPS possa obter fundos para um projeto. O tipo de projeto e seu custo total são dois fatores que têm uma grande influência sobre esta probabilidade.

8- Os projetos do IPS destinam-se às necessidades das Províncias das Filhas da Caridade e/ou das pessoas que elas servem. O IPS não financia um encontro organizado por uma Diocese, nem a construção de uma Igreja paroquial ou de prédios que não pertençam às Filhas da Caridade.

9- As Diretrizes do IPS pedem que os projetos sejam apresentados de preferência em inglês. Mas, daqui em diante, algumas Filhas da Caridade estão disponíveis para traduzir para o francês, espanhol e o português em inglês, portanto é possível apresentar projetos nestas três línguas.

10 - A última etapa do processo refere-se a contabilidade com seus três níveis:

a) A contabilidade da Província frente ao IPS

Quando o projeto é concluído, a Província envia um “*relatório de avaliação do financiamento*” para o IPS, descrevendo como o dinheiro foi utilizado, como as pessoas foram ajudadas, etc.

b) A contabilidade do IPS frente à Fundação ou à pessoa que financia.

Graças às informações do “*relatório de avaliação do financiamento*” vindo da Província, o IPS envia à Fundação ou à pessoa que financia, um relatório por escrito dos resultados do projeto.

c) Avaliação, duas vezes por ano, com a Superiora Geral e a Ecônoma geral das Filhas da Caridade sobre a situação do IPS através de um relatório sobre:

- todos os projetos recebidos das Províncias,
- os projetos financiados,
- os projetos que estão em via de obter um financiamento,
- a importância concedida,
- outros aspectos do IPS.

Há pouco tempo, eu falei com a Diretora do Fundo Conrad N. Hilton. Ela perguntou-me se as Filhas da Caridade tinham uma formação específica para administrar os projetos, porque ela constatou que as Filhas da Caridade administram bem estes projetos.

III – SITUAÇÃO ATUAL

O IPS foi criado em maio de 2004 e aceitou seu primeiro projeto em setembro de 2004.

De setembro de 2004 até o fim de abril de 2006, 130 projetos foram recebidos vindos de 35 Províncias. Com as contribuições reunidas pelas Fundações, as doações privadas ou pessoais com um destino específico ou não, 75 projetos foram financiados com sucesso num total de 1. 478. 832,94 dólares. Vários dos projetos não financiados foram enviados à Fundações e esperamos uma resposta. Continuamos tentando encontrar um financiamento para todos os outros projetos.

Os recursos concedidos podem ser reagrupadas em três categorias: 58% foram obtidos de Fundações, 18% de doadores individuais, 24% da ajuda interprovincial. Há

aproximadamente um ano, uma parte da ajuda interprovincial foi colocada à disposição do IPS pelo Conselho geral para pequenos projetos, em caso de necessidade, para encorajar uma Fundação a investir num co-financiamento.

Até fevereiro de 2006, o escritório do IPS situava-se na Casa Provincial de Evansville onde eu era ajudada pelo pessoal leigo do Secretariado provincial. Neste momento, Irmã Francine Brown e uma secretária leiga trabalham comigo em tempo integral. Nosso escritório foi transferido para a região de Detroit, no Estado de Michigan. Como é necessário que o IPS ajude na busca de fundos para o Projeto Dream, pretendemos então contratar uma pessoa que possa redigir os pedidos de subvenções para estes Projetos.

IV – OS PROJETOS FINANCIADOS

Os projetos facilmente financiados são frequentemente, aqueles que tocam o coração dos membros das Fundações e dos doadores. Concretamente, eles poderiam ser reagrupados em duas categorias: responder às necessidades básicas e permitir às pessoas serem autônomas.

1 - Projetos para prover as necessidades básicas

- Alimentação para crianças que sofrem de desnutrição, sobretudo na África e na América Latina.
- Vestuários para crianças que vão à escola.
- Material (colchões, lençóis, toalhas, tecidos ...)
- Ambulância para levar os doentes até o dispensário ao invés de transportá-los em tapetes, camas de acampamento, em sacos de bambus...
- Alojamento para famílias de uma vila onde mais de 80 estruturas sem esgoto e sem água potável. (o IPS já conseguiu ajuda para a construção de 10 novas casas, dez outras estão a espera assim como a instalação de um poço).

2 - Projetos para melhorar as condições de vida das pessoas

- Projetos para a promoção das mulheres a fim de permitir-lhes ganhar a vida e prover suas próprias necessidades e as de seus filhos.
- Projetos referentes à educação das crianças.
- Pequenas ferramentas de jardinagem para cultivar a terra... para ensinar marcenaria, alvenaria...
- Criação de aves, de ovelhas, de vacas, de alimentação para os animais e cerca de arame. (as pessoas que recebem as primeiras galinhas, ovelhas, porcos, etc. partilham com os seus vizinhos os primeiros pintinhos, cordeirinhos ou porquinhos que acabam de nascer).

As Fundações atendem mais aos pedidos de financiamento quando outro apoio financeiro é mencionado (Comunidade local, Província, ou outras Fundações).

Os projetos referentes a uma construção ou trabalho de reforma de um prédio são mais difíceis de financiar. Espero que com o pessoal suplementar, o IPS encontre abertura e meios para adquirir subvenções para este tipo de projetos. Em todos os casos, é preferível que tais projetos sejam divididos em várias fases para que possam ser enviados à Fundações diferentes. (Quando se trata da construção de um prédio da Comunidade, é melhor obter uma contribuição financeira da parte da Província ou da Companhia para este projeto).

V – PARA FAZER UM PEDIDO DE PROJETO AO IPS ?

Para fazer um pedido de projeto, é preciso:

1 - *Responder bem a todas as perguntas do formulário:*

- situação do país e da região onde o projeto está situado;
- estatísticas sobre as pessoas que beneficiarão do projeto;
- histórico da presença das Filhas da Caridade;
- orçamento previsional.

(Informações completas, detalhadas e precisas são uma ajuda preciosa para facilitar o processo de pedido).

2 - *Enviar boas fotografias* mostrando as necessidades. (Se possível com uma ou duas Filhas da Caridade).

3 - *Enviar por e-mail* o formulário do pedido e as fotos em anexo. (ou então pelo correio normal).

É necessário manter o contato entre a Província e o IPS e comunicar o recebimento dos e-mails e dos anexos.

Cada Fundação tem suas próprias Diretrizes, seus próprios formulários de pedido que requerem informações diferentes.

O desenvolvimento habitual da negociação do IPS junto às Fundações é a seguinte:

- Apresentar o projeto à Fundação e pedir resposta.
- Com a resposta afirmativa e recepção do formulário da Fundação, preencher o documento e enviar à dita Fundação.
- Em seguida, é preciso esperar que os administradores da fundação se reúnam para aprovar ou não o projeto.
- Se a resposta da Fundação for positiva, esperar o encaminhamento do dinheiro ao IPS.

As vezes, para responder às exigências das Fundações, é preciso enviar informações complementares. o processo é longo e exige muita paciência. (Uma Fundação nunca doa dinheiro para projetos terminados, isto é, ela não reembolsa o dinheiro já gasto num determinado projeto.

VI – PARA AJUDAR O IPS

Cada uma de nós recebeu o mesmo apelo para ser Filha da Caridade, serva dos pobres. Todas juntas, somos a Companhia, e qualquer que seja o lugar ou o tipo de serviço, é a Companhia que serve os pobres. O IPS está a serviço de todas as Filhas da Caridade, daquelas que vivem em países cujos recursos financeiros são limitados bem como daquelas que vivem em países desenvolvidos que têm mais recursos. São Vicente dizia às suas Filhas: *“Devemos ajudar os pobres de todas as maneiras e fazê-lo ao mesmo tempo por nós mesmos e encorajando outros a virem ajudar-nos – agir assim, é pregar o Evangelho pela palavra e por atos”?*

O IPS precisa de cada uma de nós para atingir o maior número de Fundações. Se você conhece uma boa Fundação ou alguém que trabalhe com uma Fundação a quem eu possa contactar, ou você mesma pode fazer o primeiro contato. Recentemente, uma Fundação me contactou perguntando-me onde e de que maneira poderia ajudar as Filhas da Caridade no Brasil ou no mundo inteiro. O IPS precisa da ajuda de cada Irmã para chegar às Associações e às pessoas que desejam fazer doações. Não hesitem em aproximar-se delas, difundir informações sobre o IPS, distribuir folhetos, encaminhar os doadores potenciais para o IPS ou para seu site na Internet. O objetivo do IPS é adquirir financiamentos de fora, a exemplo de São Vicente que fez amigos entre os membros da nobreza.

Todas as contribuições, mesmo pequenas, são úteis. O IPS recebeu dinheiro de uma turma do Curso Preparatório que arrecadou 135 dólares para comprar alguns tijolos para uma Escola em Moçambique. Um coral de adolescentes de Chicago fez um concerto em benefício do IPS e enviou 1.000 dólares. Uma outra Escola arrecadou 1.500 dólares para contribuir em um projeto. Estes eventos não arrecadaram uma grande soma de dinheiro mas junto com outras contribuições, podem fazer a diferença na vida de alguém. E, o que é mais importante ainda é que são meios para despertar as consciências para as necessidades do outro e de difundir nosso carisma do serviço dos pobres.

Para concluir, o IPS, nascido no início de 2004, já se desenvolveu bastante e, como dizia São Vicente, nós podemos esperar que ele não é ainda o que será quando Deus o tiver conduzido aonde deseja.

Irmã Felícia MAZZOLA,
Filha da Caridade,
Diretora do IPS

N.B.

Existe um site Internet do IPS: www.daughtersips.org. Está em inglês, mas será traduzido em francês e em espanhol num futuro próximo. Nele vocês encontrarão informações gerais, alguns projetos financiados e outros que aguardam um financiamento, o novo formulário de pedido ao IPS, a descrição de um Projeto e o relatório de avaliação do financiamento.

Desafios atuais

Introdução

Se a chegada e a presença dos migrantes constituem um assunto sensível em uma boa parte da opinião pública, este novo capítulo intitulado “**Os migrantes, um dom para a Igreja e para a sociedade**” quer enfatizar explicitamente não sobre uma temática, *a migração*, mas sobre pessoas, *os migrantes*. Se um dos desafios a ser considerado é o de saber como acolher as pessoas que chegam, acompanhá-las e cuidar delas, um outro é o de descobrir o dom que os migrantes podem oferecer aos países de imigração.

Duas pessoas que conhecem bem esta realidade, um permanente da Capelania das Comunidades Africanas e um membro do JRS (Serviço Refugiado Jesuíta)¹ partilham conosco sua experiência de vida. Eles chamam nossa atenção sobre o impacto positivo das migrações mundiais para os países de acolhimento.

Em seguida, Filhas da Caridade testemunham as diferentes maneiras de estar a serviço dos migrantes.

Antes de descobrir estas diferentes apresentações referentes às vantagens da migração, abramos nosso coração como nos convida Jacques Vermeulen²: *“Só podemos ser verdadeiros cristãos se aceitamos fazer um trabalho interior a partir de questões que vêm de fora. É preciso realmente nos lembrar disto: nossos antepassados na fé foram migrantes e o caminho para o que nós não conhecemos ainda faz também parte de nossa identidade”*.

¹ Organização internacional não governamental presente em mais de 50 países de todos os continentes, o JRS fundado pelo Superior geral Pedro Arrupe, no dia 14 de Novembro de 1980.

Desafios atuais

“Os migrantes, um dom para a Igreja e a sociedade” *a partir das perspectivas de um migrante*

Notas tomadas durante a conferência do senhor Katuvadioko

Introdução

Como membro permanente da capelania das comunidades africanas, considerei uma oportunidade poder expressar-me sobre este tema: **O dom dos migrantes para a Igreja e para a sociedade**”. Então, vou tentar refletir com vocês sobre estas duas palavras: “dom” e “migrante”, a partir das perspectivas da sociedade, da Igreja e da Pastoral.

Antes de passar adiante, é bom repetir que o homem é, acima de tudo, um ser de relação. Esta necessidade de ser “com”, de comunicar, de ser amado e reconhecido em sua dignidade, é característico de todo o ser humano. O homem não foi feito para viver só, ele é um ser social.

A solidariedade é percebida como um fator que une os seres humanos numa rede de relações. Hoje, com a globalização, esta rede de relação torna-se planetária. O desenvolvimento dos meios de comunicação social conduz a uma tomada de consciência internacional, colocando em novos termos a necessidade do diálogo e da ajuda entre todos os seres humanos. Além disso, para nós cristãos, a solidariedade não é apenas algo natural, mas fundamentada sobre o amor de Cristo por todos os homens e sobre o Espírito Santo que é um espírito de unidade. À luz deste mistério de amor, compreendemos o que é o dom.

I – DUAS PALAVRAS A DEFINIR: “DOM” E “MIGRANTE”

O “Dom”

Para o mundo

A definição do Pequeno Larousse diz que o dom é *“a ação de dar alguma coisa que se possui”*. Mas, continua, é *“algo que é dado”*. Diz também que é *“um benefício, um favor”*.

Ao nível jurídico, o dom é também “*um ato pelo qual uma pessoa transmite irrevogavelmente e sem retorno um bem a uma outra pessoa que o aceita*”.

Sempre empregamos este termo em nossas conversas. Quase todos os dias, recebemos apelos para fazer doação para as missões humanitárias como: a luta contra a AIDS, apoio aos órfãos, às catástrofes naturais. Doando, temos consciência de ter feito uma boa ação, de dar vida. O dom toma um sentido essencial: contribui para fazer viver.

Para o cristão

Na dinâmica cristã, o dom é antes de tudo uma graça. Deus é o primeiro doador. Ele comunica aos homens seu amor, doa gratuitamente. A primeira atitude do cristão é conseqüentemente reconhecer o favor do qual ele é agraciado e acolhê-lo na ação de graças.

Por sua encarnação, Deus manifesta plenamente o dom que Ele faz aos homens: “**Deus amou tanto o mundo que deu seu Filho único**”. (Jo 3, 16). Durante a sua conversa com a samaritana, Jesus diz: “**Se soubesses o dom de Deus**” (4, 10). Fala-se também dos dons do Espírito, disposições suscitadas por Deus no homem para lhe comunicar o dinamismo da vida divina (*sabedoria, inteligência, conselho, força, ciência, temor de Deus, piedade*). O livro de Isaías (11, 2-3; 42, 1- 4) já anunciava a vinda de um Servo de Deus sobre o qual repousaria, em plenitude, a abundância de seus dons. As primeiras comunidades cristãs reconheceram este Servo em Jesus, portador e o distribuidor do dinamismo de Deus. Através do acontecimento de Pentecostes, a Igreja reconheceu a continuidade desta manifestação do Espírito de Cristo Ressuscitado.

O “Migrante”

Para o mundo

No dicionário é dito que o migrante é “*alguém que efetua uma migração*”. A migração é o “*deslocamento de população, de grupo, de um País para outro para aí se estabelecer*”, sob a influência de fatores econômicos ou políticos. O migrante é freqüentemente obrigado a partir para salvar a sua vida.

Estes homens e estas mulheres, estas crianças, que se deslocam, sozinhos ou em família, estão entre nós. Nós escutamos falar deles quase todos os dias. Os migrantes não constituem uma particularidade dos países desenvolvidos (Europa ou América). Eles são muito mais numerosos nos Países do terceiro mundo. Durante os últimos trinta anos, a mobilidade no mundo aumentou: 77 milhões de migrantes em 1965, 111 milhões em 1990, 140 milhões em 1997, 150 milhões hoje ¹. Mesmo se os países de acolhimento ocidentais são os mais solicitados, convém notar que mais de 60% dos migrantes não deixam o hemisfério do Sul e os 3/4 se instalam nos países do terceiro mundo. Na Europa, dos 380 milhões de habitantes, 20 milhões são estrangeiros, dos quais 5 milhões da Comunidade Européia. Certamente, a globalização das migrações é um fenômeno recente, mas estas eram anteriormente limitadas a alguns países de acolhimento, freqüentemente marcados por um passado colonial. Hoje, elas se desenvolvem com a mobilidade como modo de vida, desafios estratégicos mundiais: crescimento dos desvios econômicos, sociais, políticos, culturais, etc. Infelizmente para um grande número de migrantes, devido ao fechamento das fronteiras, a viagem é feita na clandestinidade... 2,8% da população mundial emigra, várias centenas de milhões estão em situação irregular.

A migração muda de perfil: *feminização, classes médias urbanas, menores isolados, êxodo de especialistas*, etc. Toda migração é um processo complexo. Frequentemente, as saídas estão ligadas às condições de sobrevivência, o econômico e o político se misturam sempre. Certas situações são mais dramáticas: centenas de milhares de pessoas são obrigadas a migrar em seu próprio país (Bósnios expulsos pelos Sérvios, Sérvios que fogem do Kosovo, Kasaienses fugindo do Katanga, em República Democrática do Congo nos anos 90, os Sudanenses fugindo de Darfour, etc...)

Para o crente

Para o crente, o acolhimento do estrangeiro encontra o seu fundamento na Bíblia. O Livro de Levítico coloca na mesma condição o estrangeiro e o pobre, a viúva e o órfão: “*Se um estrangeiro vier habitar convosco na vossa terra, não o oprimireis, mas esteja ele entre vós como um compatriota, e tu o amarás como a ti mesmo, porque fostes já estrangeiros no Egito. Eu sou o Senhor, vosso Deus*”. (Lv. 19, 33-34).

É um dever para o Judeu considerar o estrangeiro como um irmão, recordando do seu próprio exílio. Este respeito para com o estrangeiro é também fundamentado na lembrança das disposições do ano sabático: “*A terra me pertence e vocês são para mim apenas estrangeiros e hóspedes*”. Esta terra nos é dada apenas em herança. (Ver Gn. 23, 4)

No Novo Testamento, Pedro fala dos cristãos como estrangeiros: “*Exorto-vos como estrangeiros (paroikoi-paroquianos) e viajantes*” (1P. 2, 11)... porque a nossa verdadeira pátria está nos Céus. (Ef. 2, 19).

Daí o questionamento do Padre Yvon Quéméneur: “*Como o cristão, por si mesmo estrangeiro sobre esta terra, poderia não respeitar, não amar o emigrante, seu irmão?... “E visto que gostamos de nos inscrever no seguimento do primeiro Testamento não podemos retomar a nossa conta o argumento do Levítico: “Se um estrangeiro vier habitar convosco na vossa terra, não o oprimireis, mas esteja ele entre vós como um compatriota, e tu o amarás como a ti mesmo, porque fostes já estrangeiros no Egito. Eu sou o Senhor, vosso Deus” (Lv. 19, 33)?*

II – O MIGRANTE, UM DOM PARA A IGREJA E A SOCIEDADE

O Jubileu de ano 2000 permitiu destacar: *a dívida dos países pobres, as diferentes formas de escravidão moderna, a miséria e a pobreza, em todos os “sentidos”*... chamou o homem do nosso tempo a uma maior solidariedade.

Originário do Congo, país que tem todas as potencialidades para ser rico, cuja expressão da fé cristã é de uma grande riqueza, senti-me interpelado por este apelo de João Paulo II. Os três anos que precederam o Jubileu do ano 2000 ajudaram-me a viver mais unido a Cristo e a meus irmãos. Compreendi melhor que a vida é um **dom a receber e uma missão a cumprir**: ser mais atento a todos aqueles que estão em situação difícil e precária. Tomei mais consciência da presença de todos os “*excluídos*” e da importância de agir para criar mais fraternidade.

Um “Dom” para a Sociedade

Os deslocamentos demográficos de populações em escala mundial têm consequências sobre a composição das nações. Atualmente, cada País está mais preocupado em controlar seu

território. Às vezes, as migrações são percebidas como fatores de desestabilização, os migrantes são “*ladrões de empregos*”, “*aproveitadores de regimes sociais*”, etc. Os governantes sentem-se pressionados pela preocupação de preservar a coesão do país e a necessidade de acolher os migrantes.

No entanto, nos países onde a natalidade declina, a imigração pode ser considerada uma oportunidade para a renovação da população. O migrante pode tornar-se uma figura emblemática, representando o “direito de viver” lá onde ele pode se desenvolver. Alguns migrantes são pessoas que oferecem competências requisitadas no mercado mundial.

Um “Dom” para a Igreja

Tomamos consciência de que a sociedade francesa tornou-se pluri-cultural e pluri-religiosa. É uma grande mudança de mentalidade que exige aprender acolher o diferente e aceitar as diversidades. Esta nova realidade é sentida, também, na Igreja que tem a missão de viver a fraternidade, em nome de Jesus Cristo.

A palavra “Ecclesia” significa “Assembléia”. Fazer Assembléia é viver a comunhão respeitando as diversidades. Portanto, fazer Igreja é aceitar cada pessoa, cada grupo como uma parte da Igreja, capaz de dar e receber. Se pensamos em Igreja como uma Comunidade, arriscamos considerar aquele que vem como uma pessoa acolhida, mas não como um membro parte integrante da Igreja. Ora, todos juntos, formamos a Igreja, uma Igreja de acolhidos e acolhedores.

Para que o migrante seja um dom à Igreja, ele deve ser reconhecido como membro integrante da Igreja e ator de sua missão em reciprocidade. O migrante espera da Igreja um apoio, um acompanhamento para poder agir com os outros. Cada um é chamado a partilhar suas próprias regras. Vivendo a solidariedade de maneira recíproca, as riquezas são reconhecidas, pode-se falar da “catolicidade” da Igreja. Como cristão Africano, sinto-me ator da Igreja da França e portador de dons a serviço da comunhão. Um dos caminhos essenciais do migrante é de não permanecer à margem, mas de colocar seus talentos a serviço do desenvolvimento da Comunidade eclesial para construir, com os outros, a fraternidade evangélica.

Um “Dom” a nível da Pastoral da Igreja

Na lógica do Concílio Vaticano II, o migrante é “um dom a acolher”. A Igreja Católica se define como *Sacramento da unidade do mundo*. A Igreja é chamada a viver o que deve testemunhar. Na Igreja, ninguém é estrangeiro. Através de vários serviços, os cristãos participam no acolhimento e na defesa das pessoas mais desfavorecidas. A Igreja reconhece o lugar dos migrantes cristãos no seio das comunidades paroquiais, confiando-lhes responsabilidades, assegurando sua formação... Todos os cristãos, autóctones ou não, recebem, juntos, a mesma missão no território que partilham. Enraizada em tradições diversas, a fé é expressa e celebrada em culturas diferentes a fim de viver, aqui e agora, a catolicidade da Igreja. Esta dimensão exige um conhecimento recíproco entre cristãos e uma abertura à situação dos migrantes.

A caminhada pastoral do acolhimento do migrante como dom poderia se desenvolver na escuta do Evangelho:

- *“Ele colocou uma criança no meio deles”* (Mt 9, 36): Se a criança representa ao mesmo tempo uma certa fragilidade e sua alegria de ir ao outro, Jesus chama os cristãos a acolher os migrantes com as disposições de uma criança.

- *“Como fazer para que cada um de nós compreenda na sua língua materna?”* (Atos: 2,8): Quando Pedro encontra Cornélio, e percebe que ele o pagão recebe o Espírito, ele muda de olhar... e, em seguida, toda a sua comunidade. *“Se então Deus concede-lhe o mesmo dom que a nós, por ter acreditado no Senhor Jesus Cristo, quem sou eu, para colocar obstáculo a Deus?”* (Cf. Atos 10, 1-11,17). Temos a mesma fé, a mesma esperança.

- *“Portanto, irmãos, escolhei dentre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria, aos quais propusemos este ofício...”* (Atos: 6, 3). Os migrantes são chamados a partilhar seus dons e colocá-los a serviço da Igreja. (cf. I Cor. 12)

- *“Todos vós que fostes batizados em Cristo, vos revestistes de Cristo. Já não há judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher, pois todos vós sois um em Cristo Jesus”* (Gal 3, 27-28). A originalidade da missão cristã é de reunir os filhos de Deus dispersos (Jo 11, 52) e de trabalhar pela unidade do gênero humano.

Conclusão

“Se soubesses o dom de Deus!” (Jo. 4, 10). Sim, a vida é ao mesmo tempo, acolhimento e dom. Acolhido e membro por inteiro da grande família dos batizados, eu me esforço para trazer minha contribuição, para fazer Igreja. Chamado a partilhar os talentos confiados para o bem de todos, quero permanecer o mais possível atento aos feridos da vida e construir, com eles, uma nova humanidade.

Senhor Gabriel KATUVADIOKO
Permanente da Capelania das comunidades africanas

¹ *“Quando o estrangeiro bate às nossas portas”*, Documentos do Episcopado, n° 7/8, 2004, Ficha A-2

Desafios atuais

*“Os migrantes, um dom para a Igreja e a sociedade”
a partir das perspectivas de um membro
de uma ONG a serviço dos refugiados*

Notas tomadas durante a conferência do Padre Eddy Jadot, sj

Notando a insistência do tema em ver os migrantes como “um dom feito à Igreja e à sociedade”, vi nisto um convite a me esforçar para ser testemunha das pessoas que eu encontro no JRS (*Serviço Jesuíta aos Refugiados*): pedintes de asilo, refugiados, pessoas em situação irregular. Eu vou me esforçar para partilhar a iluminação que sugerem suas experiências de vida a fim de descobrir o dom que eles podem representar para os países de imigração.

Serviço Jesuíta aos Refugiados é uma ONG mandatária para “acompanhar e servir os refugiados e defender sua causa”, mas o JRS não limita sua solidariedade às pessoas perseguidas que têm necessidade de proteção de acordo com os critérios retidos pela Convenção de Genebra em 1951 para definir a qualidade de *refugiado*. Ela se estende às *pessoas deslocadas dentro de seus países, e às que são forçadas a emigrar* por múltiplos motivos, de acordo com a larga aceção proposta pela Doutrina Social da Igreja e contida no documento da Santa Sé: *Os refugiados: um desafio à solidariedade* (1992). O Superior Geral dos Jesuítas P. H. Kolvenbach, dirigindo-se aos coordenadores do apostolado social, em maio de 2004, confirmou que para o JRS a abordagem era bem esta. “Uma questão que surge em toda parte (...) é a das *pessoas em movimento*, ou o problema da *mobilidade humana*, ou o *fenômeno migratório*...”.

OS MIGRANTES : UM DOM PARA NOSSAS IGREJAS E NOSSAS SOCIEDADES?

No contexto atual, afirmar que os migrantes constituem *um dom* pode hoje se revelar contra-produtivo, suscitando mais xenofobia que amizade, mesmo se nos referimos aos estudos científicos, ou a valores humanistas e a impulsos de generosidade preocupados em valorizar a irmã e o irmão estrangeiro. É lógico, citaremos de boa vontade mulheres e homens políticos, universitários, esportistas, artistas e tantos outros, procedentes da imigração, que fazem a reputação de nossos Países no cenário internacional. Reconhecer-se-á também a utilidade dos migrantes, ou mesmo a sua necessidade, para que certos sectores econômicos e sociais sobrevivam devido a perda de velocidade nos Países ricos face à população que envelhece. Mas o caráter interessado ou utilitarista destas menções não reflete sem dúvida exatamente a nossa posição quando apresentamos os migrantes como “um dom” - dom de Deus, dom deles mesmos - para nossas sociedades e para as nossas Igrejas.

A declaração do Padre Lluís Magriña, Diretor Internacional do JRS, por ocasião da *Jornada Mundial dos Refugiados* do dia 20 de junho de 2005, aplicável a todas as categorias de migrantes, está bem de acordo para sublinhar um elemento essencial: “As pessoas que foram deslocadas à força *precisam ser escutadas*. É importante que as prioridades das organizações que dão apoio aos refugiados sejam ditadas diretamente pelas pessoas a quem essas organizações prestam serviço e não impostas por qualquer autoridade. *Aprendemos com as pessoas que servimos*. Sem elas, os nossos programas não teriam qualquer significado. Bem informadas e com recursos suficientes, as pessoas deslocadas à força são as mais indicadas para tomar decisões referentes às suas vidas em exílio e às soluções a longo prazo para o seu futuro”, e também para nos dizer quando, em que condições, os emigrantes se percebem como *um dom* em sua sociedade de imigração, e em que momento podemos por nossa vez pensá-lo sem hipocrisia e dizê-lo bem alto sem desrespeito por eles e seus percursos freqüentemente dolorosos.

De acordo com a abordagem de Lluís Magriña, as nossas reflexões, nossos planos de ações, nossas avaliações, devem se referir antes de tudo à experiência de vida e à palavra dos migrantes. Desde então, nos limites do contexto europeu e da situação de minhas solidariedades. Duas *histórias* de pessoas encontradas em centros fechados de detenção poderão ajudar na reflexão, favorecendo nosso *trabalho interior a partir de questões que vêm de fora* como sugere Jacques Vermeulen.

ESCUTAR AQUELES QUE NÓS SERVIMOS

Sivaswamy: rejeitado por toda parte

“Por que estou aqui, prisioneiro? Eu não sou um criminoso!”. Foi a primeira palavra de Sivaswamy. Encontrei-o preso no centro de detenção próximo do aeroporto de Bruxelas. Durante anos ele tinha pertencido à multidão dos cinco a seiscentos mil Tamoios deslocados do interior (IDPs: *Internally Displaced Persons*) do Sri Lanka. Pequeno empresário trabalhando com alguns trabalhadores, ele teve que fugir da sua cidade de Jaffna. Ele passava de esconderijo em esconderijo dentro de uma das HSZ (*High Security Zones*) controladas pelo exército e pela polícia cingalesa a fim de escapar das novas sessões de tortura nas prisões militares. Nunca havia usado armas, mas apoiava o LTTE (*Liberation Tigers of Tamil Eelam*), o resto da sua família aderindo ao EPDP (*Eelam People's Democratic Party*), partido tamoio rival. Um de seus cunhados tinha sido executado na frente dele pelo LTTE. Sua mulher e seus filhos depois de muito tempo foram tidos como desaparecidos. Encontrado entre diversas facções tamoias, incessantemente aos gritos diante da repressão dos militares, ele se deixou levar pelo cansaço. Embora unido ao seu País, sentia-se cada vez mais ameaçado pelos beligerantes. Um dia, ele decidiu escapar desta longa e cruel guerra civil de 25 anos.

Sivaswamy ganhou Colombo, lá ele se escondeu, chegou a organizar e pagar a sua viagem para o estrangeiro, deixando lá a maior parte da sua pequena fortuna. O plano de fuga previa dois vôos: primeiro para uma capital da África Negra, em seguida até ao seu destino final na Europa Ocidental. Ele queria viver lá em paz, estar protegido, exercer lá a sua profissão. *“Mas por que você optou pela Bélgica?”* perguntei-lhe – *“Eu não queira estar aqui. Na verdade, eu gostaria de me unir à minha família tamoia e compatriotas amigos na Inglaterra. Na escala em Bruxelas, pedi minha transferência num vôo para Londres; recusaram-me. Tive que solicitar o asilo aqui”*.

Sivaswamy não recebeu o estatuto de refugiado; mas permaneceu na Bélgica durante 4 anos e 4 meses, sem se esconder. Um recurso ao Conselho de Estado e um pedido de regularização de estadia permaneceu sem resposta. Viveu de pequenos trabalhos, dormindo periodicamente na rua. Um dia, ele foi fiscalizado em uma loja, e depois pego pela polícia. Eu o reencontrei no centro de detenção. Depois de algumas semanas, nova reversão: ele foi libertado, as autoridades belgas não ousam expulsá-lo para o seu País com o risco de um novo aprisionamento e de torturas.

Assim ele se tornou sem documento, reencontrando toda a precariedade que já havia conhecido...

Sivaswamy tinha muitas razões de temer a perseguição que reina no seu país e pedir asilo, mesmo se fugir de um conflito armado não entra no sentido estrito nos critérios da Convenção de Genebra. A recusa de atribuir-lhe o estatuto de refugiado resultou da honestidade de suas respostas nas entrevistas durante o processo. Expressar, além da sua real necessidade de proteção, o desejo de unir-se ao seu parentesco tamoio em Londres, praticar o seu ofício sem estar protegido pelos serviços sociais do Estado. Infelizmente, a recusou-lhe o estatuto de refugiado, interpretando suas palavras como a prova de um pedido de asilo fraudulento! Sivaswamy falou-me da sua decepção: *“Porque dizer que eu minto, simplesmente porque eu fiz alusão à redescobertas familiares, ao mesmo tempo que a necessidade de proteção?”*.

Ele cita outras situações: a jovem Camaronesa Esther querendo escapar à excisão praticada nas aldeias de sua etnia; Tchetchena Magomed torturado em Grozny pelo exército

de ocupação de Moscou: no centro, após ter sido separado da sua mulher e dos 5 filhos, esperava o seu envio para um dos novos Estados da União Européia e, de lá sem dúvida do seu recuo para a Rússia; o Tumules Dieudonné, menor de idade na sua chegada: havia conseguido três anos de estudos e, tão cedo com a idade de 18 anos, havia sido colocado em detenção, em pleno ano escolar, em vista de um repatriamento. Esther, Mogamed, Dieudonné, e tantos outros: eles também, não foram acreditados.

“*Por que esta suspeita permanente?*”, tinha concluído Sivaswamy, frustrado de não poder oferecer o valor acrescido de sua pessoa e de seus talentos a uma sociedade onde teria amado viver, para encontrar uma proteção indispensável, sem dúvida, mas também por outras razões legítimas e nobres. A *cultura da dúvida* que o havia acompanhado durante seu percurso, o tinha ferido, tornando mais difícil seu esforço em vista de uma nova inserção, impedindo-o de reconhecer-se como um homem capaz de fazer de sua presença, de suas relações, de suas atividades, um dom válido à sociedade onde ele imigrava.

Escutando o jovem Cingalês, parece-me mais claro que, como todo dom, este do imigrante que ele era não teria toda a sua realidade e sua vitalidade se não fosse oferecida livremente e recebida cordialmente, no respeito recíproco *do outro e de fora*.

Julian, Rena e seus cinco filhos: a grande aflição de serem Ciganos, em seus países e entre nós.

Ciganos, vítimas de sevícias no seu País, esperando a proteção do Estado belga, Julian e sua esposa Rena chegaram na Bélgica em 1998, com cinco filhos, de Julian Júnior (20 anos) à Besar (9 meses). Duas decisões negativas colocaram fim ao seu percurso no procedimento de asilo.

Alojado numa comunidade da capital, a família se integrou lentamente, participando nas atividades do bairro, bem aceita por seus vizinhos. Os pais e Julian Júnior puderam encontrar pequenos trabalhos que permitiam viver; nunca pediram a ajuda social do Estado nem mendigaram. A integração foi facilitada pelos seus 3 filhos em idade escolar: Estera (16 anos), Joan (14 anos), Natalia (10 anos), aceitos em escolas diferentes, progredindo com sucesso em seus estudos, expressavam-se bem em francês. Um pedido de regularização não teve sucesso, apesar dos recursos. Certamente, não tinham obedecido à ordem de deixar o território. Mas eles não foram submetidos aos controles, e levaram uma vida normal, respeitando as leis, felizes de poder trazer algo ao País que os alojava.

Infelizmente, uma manhã cedo, a polícia os pegou, em casa. Ficaram detidos no comissariado local durante 36 horas e em seguida conduzidos ao aeroporto. Sua transferência para um centro de Detenção foi devido a sua recusa de se deixar repatriar para o seu País de origem. Eles permaneceram 3 meses no centro de Detenção; o stress da família cresceu regularmente diante da perspectiva para os três alunos de perder seu ano de estudos. Apesar das intervenções do advogado e das organizações privadas, a posição dos diretores e professores, o apoio público de suas companheiras e companheiros, não levaram a Administração a assumir suas responsabilidades: assegurar a Estera, Joan e Natalia o direito de estudar.

Uma manhã, a decisão caiu: Julian Júnior, Estera, Joan, Natalia e Besar, seus pais Julian e Rena, foram embarcados para o seu País... e rumo a que nova tristeza?

Após seis anos na Bélgica, Julian e os seus viveram a expulsão como uma injustiça cometida para com os seus filhos, cujos mais novos já tinham passado mais da metade da sua juventude em Bruxelas. Seu desejo de se integrar mais na vida nacional e se tornarem úteis, a percepção positiva que tinham de sua própria presença na Bélgica, de repente desmaiava-se diante da desumanidade dos dirigentes e administrações, deixando lugar à amargura e à desesperança.

Durante os quatro anos visitas semanais ao centro fechado, uma real estima por numerosos prisioneiros cresceu em mim. Observava assim freqüentemente que as asperezas de seus percursos, as violações dos seus direitos elementares (em especial a privação de escola para as crianças), as marcas de desprezo e de rejeição, as reações xenófobas não mudavam a sua dignidade, a sua capacidade de pacientar e de esperar. Tantas vezes observei os gestos de solidariedade entre os migrantes detidos de nacionalidades diferentes. Freqüentemente fizemos esta reflexão, meus colegas visitantes de outras organizações e eu: que fonte de renascimento e de enriquecimento para nossas sociedades, para nossas comunidades cristãs, seria a presença definitiva de tais pessoas e famílias! Além disso, nós observamos uma percepção das coisas bem diferente nos migrantes que vivem no território, às vezes depois de muitos anos. muitos estigmatizavam as atitudes e práticas das autoridades e do público: suspeitas, investigação de fatos que legitimariam as expulsões, reações xenófobas ocultas, fazendo-lhes expressar o sentimento de não serem mais os bem-vindos no País que eles tinham escolhido para imigrar. Mas recentemente, no contexto da guerra contra o terrorismo, as medidas reforçadas de segurança criam de fato deploráveis amálgamas levando os estrangeiros a se sentirem cada vez mais os principais alvos.

A esse respeito, Henri Goldman, Coordenador do Observatório das migrações no *Centro para a igualdade de oportunidades e de luta contra o racismo* (Bruxelas), observa que *"toda aventura migratória permite duas leituras, conforme o lugar em que nos posicionamos do ponto de vista do migrante ou da sociedade de acolhimento, que privilegiemos o direito das pessoas de viverem dignamente e em segurança ou o direito dos Estados em dominar suas fronteiras e seus recursos. Estas duas leituras, igualmente legítimas, opõem-se regularmente. Como conciliá-las? Certamente, toda hospitalidade tem seus limites. Mas nenhum limite saberia represar a necessidade imperiosa que impulsiona cada ano milhares de pessoas a deixarem sua terra natal a todo custo. Esta necessidade se expressará não importa o que se faça, na legalidade ou fora dela"*.¹

Com efeito, se consideramos as tomadas de posição políticas e os acontecimentos recentes, na Europa e no mundo, pode-se pensar que *duas leituras* possam ainda ser conciliadas na hora atual? Para que sejam ou se tornem conciliáveis, um sério exame das estratégias capazes de *restabelecer as prioridades* não deve ser empreendido? Não é conveniente redefinir as escolhas das quais as Igrejas cristãs em particular teriam em se sentirem depositárias e responsáveis? Se as ações de entre ajuda em prol dos migrantes permanecem necessárias, as comunidades cristãs não podem se desfazer delas. Como deixar ainda mais a palavra aos próprios migrantes, como escutá-los em vista das tomadas de decisões que se referem a eles? Como ser conjuntamente com eles as vozes das multidões dos sem-voz?

UMA CULTURA DE ACOLHIMENTO

A “cultura da suspeita” que é a de certos meios oficiais e de uma parte do público oculta logicamente com freqüência a diversidade das riquezas humanas e culturais trazidas

pela presença e as atividades construtivas dos migrantes. O desejo profundo das Igrejas cristãs de instaurar sistematicamente “uma cultura de acolhimento” deve continuar a se opor firmemente àquela da dúvida, como recomenda a Exortação Apostólica pós-sinodal de João Paulo II, *Ecclesia in Europa* (2003), frequentemente citado em *Erga migrantes Caritas Christi*: “É importante que a comunidade [cristã] não considere que seu dever para com os migrantes possa se limitar simplesmente em propor gestos de ajuda fraterna ou ainda apoiar leis parciais que favoreçam a sua digna inserção na sociedade e que respeitem a identidade legítima do estrangeiro. Os cristãos devem se tornar promotores de uma verdadeira *cultura de acolhimento* (cf. *Ecclesia in Europa* 101 e 103), que saiba apreciar os valores autenticamente humanos do outro, além das numerosas dificuldades que comporta a convivência com pessoas diferentes de nós” (cf. *Ecclesia in Europa* 85 e 112) ².

Enraizados na tradição religiosa do povo de Deus, sabemos que nos dois Testamentos o próprio Deus mais de uma vez tomou os traços do estrangeiro, favorecendo a presença dos migrantes no meio do seu povo, pedindo a este que tenha por eles o devido respeito. Nos desígnios de Deus, sempre tiveram o seu lugar no meio daqueles que os recebem, às vezes sendo encarregados de missão - missão às vezes primordial, como a de figurar entre os antepassados do Messias. Como no tempo dos Profetas, como no tempo onde o Enviado do Pai percorria as estradas da Palestina, os migrantes, hoje, permanecem um dom para as Igrejas cristãs, e as sociedades, na medida em que tendo imigrado com toda liberdade, sabendo e sentindo-se bem-vindos, podem se tornar os parceiros ativos dos que os acolhem, cristãos ou mulheres e homens de boa vontade, no combate solidário de “*uma fé que faz justiça*”, privilegiando os pequenos, os esquecidos e os estrangeiros.

A reflexão do Padre João Natal Gindre concluirá estes propósitos, nos fazendo beneficiar da sua experiência de solidariedade com os estrangeiros, ao longo de mais de quatro décadas: a partir de 1963 e durante 14 anos na Argélia, depois em quatro aldeias industriais do Isère, por último em São Denis com os estudantes, 80% de estrangeiros João Natal Gindre escreve ³ :

“Yahwé é o Outro do homem, por assim dizer o parceiro que faz entrar um Povo todo numa Aliança, ou seja, numa relação viva e evolutiva com Ele. Os autores da Bíblia gostam de representá-Lo sob os traços de estrangeiro, aquele que, por exemplo, visita Abraão em Mambré, que entra na sua intimidade e se mistura com sua descendência. É também sob a aparência de um estrangeiro que Cristo ressuscitado entra em contato com os discípulos de Emaús e porque eles aceitam a relação com Ele que estes dois discípulos podem reconhecê-Lo vivo no gesto da partilha do pão. Nos Atos dos Apóstolos, é ainda através de um estrangeiro, o Centurião Cornélio, que o Espírito fala a Pedro para fazer-lhe descobrir que a identidade cristã não se limita às fronteiras do judaísmo.

Quanto a nós, herdeiros de Abraão, discípulos de Emaús e de Pedro, cremos que a fraternidade vivida com o estrangeiro em nossos encontros é a melhor notícia que podemos receber e anunciar. Se o Deus de Jesus Cristo é para nós realmente o Único Pai de todos os homens, então a fraternidade é o principal elemento da nossa fé, a única transcendência que podemos reconhecer. A amizade pode-se discutir, negociar-se. A fraternidade não se discute, mesmo com o estrangeiro. Esta se recebe na melhor oração que nós aprendemos do Senhor: o “Pai-Nosso”. É ao mesmo tempo uma promessa e um convite a olhar mais longe. Mas sabemos também que esta fé não vale grande coisa sem as obras, gestos que a tornam credível.

Sinto-me muito impressionado de constatar que hoje, uma teologia da missão não pode mais se concentrar unicamente sobre a idéia de ensinar as verdades, por mais respeitadas que sejam, nem mesmo de exportar o humanitário, por mais necessário que seja. Talvez a grande descoberta dos cristãos dos séculos 20 e 21 é de ter percebido que o **diálogo** é uma dimensão essencial da fé.

Padre Eddy JADOT, sj
Membro do Serviço Jesuíta aos Refugiados

Notas

¹ - Henri Goldman : “O casamento branco de Sonia”, na “*Politica. Revista de debates*”, número fora de série: “*Refugiados, estrangeiros na Bélgica: rumo a um horizonte solidário*”, publicado sob a responsabilidade do CIRE – Coordenação e iniciativas para e com os refugiados e os estrangeiros – janeiro de 2005, p. 96-97.

² - Cf. “*A Documentação Católica*”, Nº 2318 (18 julho de 2004), nº 39, p. 669-670.

³ - *Na Vida Cristã*, nº 499, setembro de 2004, p. 4-9 : Jean-Noël Gindre sj, “*Nossa relação com o estrangeiro*”.

Desafios atuais

Província da França-Norte

Viver com os migrantes

Implantado em Montreuil, no subúrbio parisiense, nossa Comunidade vive, desde 1981, em uma cidade de 500 alojamentos, no meio de uma população muito pobre. O bairro é marcado por sua juventude, seus grupos étnicos diferentes com uma predominância africana. Porém, outros imigrantes vêm dos países do Leste ou da Ásia. 22,6% são estrangeiros, 4,6% vêm da Comunidade européia. Montreuil, apelidado “Bamako 2”, é a “capital do Mali” na França.

Nesta cidade, nós nos esforçamos para viver nossa vocação de Filhas da Caridade nos colocando ao serviço de nossos irmãos, a fim de que, eles sejam reconhecidos e se tornem atores de sua promoção. Nossas relações são relações diárias de proximidade, sobre o bairro, o centro comercial, a cidade e a Igreja. Se a relação individual for necessária, nós estamos também convencidos da importância de conduzir ações coletivas que se inscrevem no tempo.

Em 1996, o padre da paróquia me pede para acompanhar uma catecúmena: **Colette**, mulher jovem que vem da República Democrática do Congo. Rapidamente, eu descubro que ela está em situação irregular. Depois deste período, a situação dos imigrantes na França está em regressão. Os imigrantes tornam-se “Ilegais”. Após a promulgação de algumas leis, foi criado no bairro um coletivo de “apoio aos sem documentos”, a fim de acolher estas pessoas “sem documentos”, sustentá-los, acompanhá-los em suas negociações de regularização, agir com eles para fazer reconhecerem seus direitos, e também, de informar a população. Depois de um discernimento comunitário, eu entro neste coletivo. Eu encontro aí, várias associações, organizações sindicais e partidos políticos.

Eu conheci **Chekné**, Malien, que veio para a França para fazer sobreviver sua família. Uma nova circular do governo permite-lhe fazer, em 1997, um pedido de regularização. Considerado como solteiro já que sua esposa ficou no país, ele recebe uma resposta negativa.

Muitos outros estão nesta mesma situação... Desesperados, eles fazem uma tentativa de hospedarem-se numa Igreja para despertar a opinião pública. Eles foram desabrigados pela polícia. Chekné passa pelo tribunal, ele é condenado a um ano de prisão fechada e a cinco anos de interdição de residir em território francês. Durante seu encarceramento, seus amigos não podem fazer-lhe uma visita, pois eles também estão em situação irregular. É um dos membros do coletivo que exige o direito de visita. A mobilização se organiza... ele é libertado no final de sete meses. Na sua saída da prisão, ele nos diz: *“Os outros prisioneiros não queriam acreditar que eu estava lá porque eu não tinha “documentos”. Eles tinham roubado ou tinham matado alguém! É o que lhe era mais difícil viver”*. Em sua saída da prisão, querendo ajudar sua família que ficou no país, ele encontra trabalho não declarado. A prefeitura lhe entrega uma consignação em casa: ele não pode circular de um departamento a outro, mas não será extraditado ao país. Ele completa assim 20 meses de clandestinidade.

O coletivo de apoio aos “sem documentos” assegura estadias legais. Ele é apoiado pelo GISTI, (grupo de informação e apoio aos imigrantes) o CIMADE (Serviço ecumênico de ajuda) e às vezes o Socorro Católico. Os dossiês regularizados são aceitos. Para os outros, nós tentamos marcar um encontro com a prefeitura para expor as situações. Com muita perseverança, conseguimos obter alguns resultados. As leis são aplicadas diferentemente de acordo com as prefeituras... nosso departamento, apelidado “arco-íris”, é onde há mais pessoas “sem documentos”, daí a grande dificuldade para obter as regularizações.

Em nossa paróquia, nós temos o hábito de nos acolher mutuamente no início de cada celebração. Um domingo, eu observei um homem de origem africana que parece um pouco perdido. Eu o cumprimento, é um Congolês e se chama **Jérôme**. Neste mesmo domingo, uma intenção de oração é feita por um grupo de imigrantes “ilegais” e suas famílias, acolhidos na basílica Saint-Denis porque não têm alojamento. Nosso bispo, Monsenhor de Béranger apóia esta ação. Ele faz uma declaração que é lida em todos os lugares de culto da diocese. Ao final da Missa, eu falo com Jérôme. Ele me pede explicações sobre a declaração do bispo. Logo, eu compreendo que ele está em dificuldade. Estando só, ele vem fazer a refeição do meio-dia na Comunidade. Chegou clandestinamente na França, há dois meses, não encontrou lugar num centro de hospedagem. No momento, ele hospeda-se na casa de uma Congolesa do bairro, que vive só com duas crianças... Eu convido-o ao coletivo, ajudo-o a preencher seus documentos de pretendente de asilo político. Ele recebe uma ajuda mínima para viver, mas não tem o direito de trabalhar. Não podendo viver com esta ajuda, ele trabalha com um Jugoslavo como pintor / carpinteiro. Ele já trabalha lá três meses e recebe a metade do salário mínimo. Durante um mês, ele não foi remunerado, mas não pode pretender recuperar seu salário, já que este trabalho é ilegal. Depois de um ano e meio, ele recebe uma recusa de regularização como refugiado político. Com efeito, um acordo foi concluído entre os dois países, os refugiados do Congo não podem mais ser reconhecidos como refugiados políticos, embora para alguns, a presença no país seja perigosa. Então, demos entrada num recurso sem sucesso. Jérôme continua clandestino. Encontrar um trabalho e aceitá-lo em qualquer condição, sem poder reclamar seus direitos quando o empregador é desonesto, circular com o medo de ser controlado pela polícia... tantas condições de vida stressantes. No entanto, é preciso sobreviver.

A situação de **Suzy**, Camaronesa, pode ser regularizada graças à ação do coletivo de apoio aos “Sem documentos”. Ela se encontrou lá com Christian, agnóstico, e eles decidem casar-se. Suzy quer uma celebração religiosa, Christian aceita e, para ser verdadeiro consigo mesmo, ele completa as palavras do “Pai-Nosso” à sua maneira. Para a celebração de seu

casamento na Igreja, ele me pede para ler este texto: “*Eu desejo que seja alguém que está batalhando comigo e que tem a fé que leia meu texto*”. Eis o que eu li :

Pai-Nosso: Tu, o Pai de todos aqueles que lutam para implantar o amor, a solidariedade, a justiça. Tu, o Pai que eu quero para todos os meus próximos, meus amigos, minha família.

Teu nome seja santificado por todos aqueles que trabalham dia e noite a fim de ajudar seus irmãos a saírem da ignorância, da doença, da exploração, e da perseguição. Por todos aqueles que dão de seu tempo para mudar suas condições de trabalho no bairro, na fábrica, no escritório, na escola.

Venha a nós o teu reino e que venha para todos!

Seja feita a tua vontade.

O pão nosso de cada dia, dá-nos hoje, este pão, muito raro, confiscado por uma minoria, insuficiente para a maior parte do globo, o pão de um trabalho para todos, o pão de uma verdadeira formação, e este pão bem particular que nós chamamos “documentos”. O pão de uma verdadeira vida também.

Perdoa-nos Senhor, todos estes gritos que nós não escutamos, todos estes sorrisos que nós não vemos. Todas estas injustiças contra as quais nós não fazemos nada.

Não nos deixes cair na tentação de abaixar os braços, fechar a porta em nossa pequena felicidade. Não nos deixeis cair na tentação de acreditar que a violência, o racismo e a intolerância podem tomar o poder.

Mas livra-nos do mal que, no fundo de nós mesmos, nos convida a viver nossa vida, conservando-a para nós, enquanto Tu, Tu nos convida a doá-la. Dá-nos este entusiasmo que gera um mundo mais bonito!

Haitiana de 38 anos, **Annouze** chegou aqui, há alguns meses, com um visto de turista. Ela não pode permanecer no país, é muito pobre. Além disso, uma tia, que pratica magia negra, torna-lhe a vida impossível. Ela vem unir-se a Joseph, um amigo de escola que trabalha na restauração em França há mais de vinte anos. Ela quer casar-se com ele e ter filhos. Ela vai sempre a Igreja para rezar, mas Joseph não entende. Depois de um ano difícil no plano financeiro, ela encontra um trabalho não declarado, numa restauração. Um dia, ela me diz: “*Eu não tenho marido nem filhos. Então, já que eu ganho um pouco de dinheiro, eu gostaria de ajudar uma criança de um país pobre. Eu quero partilhar e ajudar uma criança a viver. Tu podes me dar o endereço de uma entidade social?*”

Sri Lankais, **Andrews** está lá com sua esposa e seus dois filhos. “Sem documentos” mas regularizado. Porém, onde encontrar os 420 € exigidos pela prefeitura quando não se tem o direito de trabalhar? Em Comunidade, nós decidimos adiantar a soma para eles.

Este compromisso junto aos migrantes sem documentos leva-me, às vezes, a situações difíceis. Um partido político usava os “Sem documentos” para sua propaganda eleitoral. Com o coletivo, reagimos e prevenimos os migrantes. No bairro, encontramos diariamente os vizinhos e seus filhos. Os Franceses, oriundos da imigração têm tendência a viver entre eles e nós temos a preocupação de ajudá-los a se integrarem no conjunto da cidade.

Com outros, a comunidade organiza um grupo para ajudar as crianças a fazerem seus deveres de escola. É uma oportunidade de conhecer também os pais e convidá-los a participar das reuniões organizadas na escola. **Senhor Traoré** mora em nossa escadaria. Ele vem facilmente em casa para pedir uma informação ou outro serviço. Há vários anos, ele participa da festa dos inquilinos e incentiva seus amigos da cidade para serem ativos, participando das

reuniões, das atividades, das refeições do bairro onde cada um traz as especialidades de seu país para uma confraternização.

Há vários anos, alguns Franceses criaram um Comitê de festas. Apoiado pelo distrito municipal, eles organizam reuniões conviviais, passeios permitindo às famílias descobrirem seu país adotivo, noites de espetáculos oferecendo várias expressões culturais. Isto ajudou a quebrar certas barreiras, a abrir-se a outros grupos étnicos diferentes. A “*Semana contra o racismo e a amizade entre os povos*” tem um sucesso crescente. Pouco a pouco, uma participação ativa e responsável de alguns e de outros favorece um melhor conhecimento e a partilha das riquezas culturais. Nossa comunidade participa de toda esta vida do bairro, recebe na sua mesa, sempre o inesperado, toda pessoa em dificuldade para partilhar a refeição juntos. Todas estas vidas nos interpelam. Não podemos permanecer indiferentes a tantos sofrimentos e injustiças. Devemos agir com outros. O primeiro direito do migrante não é o de poder morar em seu próprio país? As nações mais ricas não têm a responsabilidade de lutar com os países do Sul contra a pobreza e as desigualdades? As ações a empreender devem situar-se numa escala mundial. É por isso que estamos engajados no **Comitê Católico contra a Fome e pelo desenvolvimento** (CCFD). Esta ONG se organiza em torno de duas missões principais: a educação para o desenvolvimento na França e o apoio de projetos de desenvolvimento *in loco*, por intermédio de parceiros. Nós também refletimos a partir das orientações dadas pela Pastoral dos Migrantes: “*Quando o estrangeiro bate em minha porta*”, os bispos da França interpelam a população inteira: “*É na qualidade de acolhimento do estrangeiro que se manifesta a qualidade de nossa humanidade*”.

Graças a esta proximidade fraterna, nós somos levados a partilhar sobre o que nos faz viver entre os cristãos e não cristãos. Uma noite de Natal, Lotfi, Algeriano, distribui alguns panfletos para informar sobre a situação dos “Sem documentos”. Uma mulher veio junto dele e lhe disse algumas palavras racistas. Em seguida ele me diz: “*Eu a deixei falar, mas eu me dizia: ela vai à Igreja, mas não deve ler o mesmo livro que você*”. Sim, o Deus dos Cristãos e dos muçulmanos nos convida a viver como irmãos.

Permitir a cada um ser reconhecido com sua riqueza e ocupar o seu lugar no bairro, assim como na Igreja é nossa resposta diária ao apelo de São Vicente. Todos os anos, temos alegria de celebrar juntos, na paróquia: a “festa das nações”. Cada um expressa sua fé, sua originalidade, seu dinamismo.

Irmã Bernadette ANOUCHIAN
Filha da Caridade

Desafios atuais

Província da África do Norte

Trabalhar com a Cáritas Tunisiana

Desde 1997, eu trabalho com a equipe da Cáritas Tunisiana que cuida dos migrantes e refugiados. A equipe da Caritas Tunisiana é internacional e inter-confessional. É composta de um Pastor Congolês da Igreja Metodista e sua esposa, de um Pastor Coreano da Igreja Reformada, de uma Irmã Siriana de São José da Aparição, de uma Filha da Caridade espanhola. Logo, nós somos todos “migrantes”, mesmo se as razões de nossa migração são diferentes. Depois de vários anos, nós nos organizamos e distribuimos as diferentes tarefas. Uma vez por mês, nós nos reunimos para conversar sobre as nossas diversas experiências e ver como progredir juntos.

A Tunísia é considerada como uma terra de passagem. Com efeito, todos os migrantes que chegam ao nosso escritório de acolhimento, Sub-saarianos ou do Magreb têm na cabeça apenas o projeto de ir para a Europa, “o Eldorado!” A Tunísia é então apenas uma fase. Mas, para muitos, esta fase é sempre mais longa e mais dura que o previsto. Aqueles que tiveram a sorte de chegar na Tunísia descobrem a dificuldade, ou até mesmo a impossibilidade, de ter um visto para qualquer país da Europa. Também, eles esperam a ocasião para partir na clandestinidade. Mas, antes, é necessário alojar-se, alimentar-se, cuidar-se se caem doente. Porém, na Tunísia, não há trabalho para todos os estrangeiros e, ainda menos, se estes não têm título de residência. E, para ter um título de residência, é preciso ter um contrato de trabalho. É então um círculo vicioso. Depois de alguns meses ou alguns anos de espera, os mais afortunados conseguem cruzar o Mediterrâneo.

Quando os migrantes chegam ao escritório da Cáritas, nós tentamos primeiramente escutá-los. Exceto alguns, nós não damos ajuda financeira. Nós os encontramos várias vezes e tentamos conhecer, tanto quanto possível, sua situação, o que é sempre muito difícil. Felizmente, nossa equipe, composta de pessoas de continentes diferentes, permite alargar nossa maneira de ver a fim de melhor discernir e saber se a situação requer, realmente ou não, uma ajuda de nossa parte.

As razões de partidas dos migrantes são múltiplas. Há :

- Aqueles, oriundos de famílias muito pobres, que fogem da miséria; para eles, a viagem é longa e difícil por falta de meios.
- Aqueles vindos de um ambiente social mais favorecido. Para eles, a família pagou a viagem e espera o sucesso deles. É por isso que, se eles fracassam, recusam voltar para casa.
- Os estudantes que chegam com, supostamente, uma bolsa de seu país. Como esta nunca chega, eles devem interromper seus estudos, por falta de condições. Não podendo matricular-se mais em uma escola, eles perdem o direito de renovar seu título de residência e tornam-se ilegais.

Estes três grupos assemelham-se principalmente com as pessoas da África sub-saariana.

- Finalmente, aqueles que fogem de seu país por causa da guerra, nós os encaminhamos para o escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados. Mas, a maioria deles não são de verdadeiros refugiados, e alegam a situação de seus países para buscar uma situação melhor. Estes são sobretudo Algerianos que vêm com sua família.

Estes dois últimos anos, o número dos migrantes diminuiu. Com as grandes dificuldades para ir para a Europa, os migrantes são obrigados a permanecer no país. O governo não gosta de tê-los em seu território e toma algumas medidas neste sentido.

É sempre muito difícil conhecer realmente a situação e as reais necessidades. Nós encorajamos muito os migrantes a voltarem para seus países, e se eles aceitam, nós ajudamos a pagar a viagem de retorno quando é necessário. Todos nós sabemos dos perigos incorridos pelas moças jovens ou mulheres jovens. Sentimos uma certa alegria quando elas voltam aos seus países. Mas, sofremos muito quando, apesar de nossos conselhos, eles procuram não obstante cruzar o Mediterrâneo, por qualquer meio.

Uma outra dificuldade do nosso Escritório da Cáritas Tunisiana está no fato de que, em pleno país muçulmano, nós não somos nativos, nem muçulmanos. Cáritas é uma

Organização da Igreja, não reconhecida oficialmente pelas autoridades, embora estas a tolerem. É necessário permanecermos muito discretos e muito prudentes. A polícia vem nos visitar e pedir informações sobre as nossas atividades e verificar regularmente se nós não estamos fazendo proselitismo.

Nós recebemos ajudas de diferentes organizações européias e doações de diferentes Igrejas da Tunísia. O país não dá nenhuma subvenção. Somente alguns médicos aceitam consultar gratuitamente os doentes

Nosso escritório acolhe qualquer pessoa não importa quem seja, sem distinção de raça ou de religião. Em nossas investigações, nunca fazemos perguntas sobre a religião. Queremos ser “tudo para todos”, sem favorecer um mais que o outro. Esta maneira de tratar cada migrante igualmente é reconhecida por todos. Atualmente, nós não temos uma pastoral específica para os migrantes. Aqueles que desejam praticar sua religião vão ao lugar de seu culto.

A população local não aceita bem os migrantes, sobretudo, aqueles que são cristãos. O assunto da migração é um problema internacional muito complexo. Mas, se nós não podemos resolver esta questão mundial, podemos, a nosso nível, aliviar muitos sofrimentos.

Irmã Purificacion SANTAMARIA
Filha da Caridade

Desafios atuais

Província de Bogotá

Um Centro social para os migrantes

Introdução

“A paixão por Jesus Cristo nos faz ir aos pobres com audácia, compaixão e criatividade” (L. A).

Entre as numerosas pobrezaas que existem na Colômbia, um novo fenômeno surge hoje: as pessoas se deslocam, individualmente ou em grupos, numerosas famílias são expulsas das cidades por causa do conflito de grupos armados à margem da lei. Geralmente, é o grupo familiar que emigra, quando um ou vários membros não são assassinados. Eles chegam sem nada. Tiveram que deixar tudo: casa, móveis, roupas..., ou seja, ficam numa pobreza total. Suas condições de vida tornam-se rapidamente precárias. Perder sua casa não é somente uma perda de bens materiais, mas de todos os elementos que fazem parte da sua identidade, de seus costumes, seus valores, suas relações familiares e amicais.

Na Assembléia Provincial de 2002, nós decidimos recolher mais informações sobre a realidade desta população em deslocamento. A partir daí, nos Encontros regionais, as Irmãs têm refletido sobre estes dados. Atualmente, a Colômbia conta com 44 milhões de habitantes e mais ou menos 4 milhões de deslocados. A Província decidiu organizar, de acordo com suas possibilidades, ações concretas em prol das pessoas deslocadas.

O Centro social de Mosquera

Criado no cantão de Mosquera, situado a 50 minutos de Bogotá, o Centro social oferece diversos serviços às famílias deslocadas. Com a ajuda da Universidade São Thomas de Bogotá, as formações são organizadas pelos técnicos agrícolas, para aprender a utilizar a matéria orgânica na cultura, conhecer as condições financeiras para a criação de aves.

As famílias deslocadas vivem em pequenos quartos onde faltam água, luz e as condições de higiene... Quando escutamos falar delas, começamos primeiramente por fazer-lhes visita e ajudá-las em suas negociações administrativas. Em seguida, nós lhes falamos do Centro Social de Mosquera que oferece a possibilidade de adquirir um pedaço de terra para cultivá-lo e assim ter uma renda para poder viver. Neste Centro, as famílias podem, ao mesmo tempo, beneficiar de várias formações e atividades. A regra de vida do Centro é baseada sobre os valores de honestidade, de solidariedade e de respeito.

As famílias que aderem a este Centro participam nos trabalhos comunitários de agricultura e criação. Progressivamente, vê-se renascer, em seus rostos, a esperança e o desejo de viver. As famílias recebem um pequeno salário, proporcional ao tempo de trabalho. Em cada programa que se termina é feita uma avaliação e se fixa novos objetivos. Reflexões evangélicas são igualmente propostas às famílias a fim de acompanhá-las no luto de sua vida passada, de ajudá-las a conservar a fé num Deus de amor e tentar, pouco a pouco, transformar os sentimentos de ódio em perdão. Este Centro permite a estas famílias passar da assistência a uma real responsabilidade pessoal, de reencontrar sua dignidade e desenvolver um espírito de solidariedade com as outras famílias que vivem as mesmas provações. Constata-se que o sentido da família fortifica-se, e cresce a estima mútua. Apesar do apoio da Igreja diocesana, a maior dificuldade do Centro é a falta de recursos econômicos. O mesmo recebe pouco apoio por parte do Estado. Apesar desta dificuldade, os testemunhos de coragem das famílias nos estimulam e nos ajudam a perseverar nesta missão. Eis um testemunho entre tantos outros.

A família de Vicenta

Casada com Manuel, Vicenta, a mãe tem 39 anos. Eles têm três filhos: um menino, Roberto e duas meninas Rosa e Elvira.

Um dia, início de 2003, às 5h da manhã. Um grupo armado chegou em nossa zona, os homens deste grupo armado se dividiram em pequenos grupos de 8 a 10 pessoas para entrar, ao mesmo tempo, em nossas casas. Eu estava com meu marido, meus três filhos e meu bebê. Eles nos levaram como reféns, o meu marido conseguiu escapar. Eles levaram Roberto por um lado e, nós quatro fomos levados até à estrada com outras pessoas. Devíamos ficar lá, em pé, sob guarda. Uma hora depois, um homem chegou com o relógio de Roberto, e diz ao coronel: *“trago o relógio deste rapaz, tivemos que matá-lo, porque ele jurou que não iria conosco matar pessoas inocentes”*. Escutando aquilo, me pus a chorar, mas as outras pessoas que estavam reféns comigo me disseram: *“Coragem, não digas nada, faça por suas filhas e netos”*. Em seguida, eles nos trouxeram pelo mesmo caminho. Eu sabia que encontraria o meu filho morto, eu pedi a Deus a força para suportar este sofrimento. Todo o meu corpo tremia. Os homens do grupo armado insultavam-nos e empurravam-nos com suas armas para que andássemos mais rápido. Quando de repente, eu vi Roberto, ele estava vivo no meio de vários homens armados. Queria correr junto dele, mas nós estávamos também vigiados. A alguns metros de lá, nós tivemos que nos deitar por terra e nos disseram que nos deixariam com vida se falássemos a verdade. Eles nos interrogaram sobre as pessoas que viviam em cada casa, nos perguntaram se tínhamos visto um outro grupo armado, eu respondi com força e com raiva:

“Eu vi passar um outro grupo armado, mas eu não os conheço”. Durante este tempo, eles haviam queimado o rosto de Roberto com um líquido tóxico. Em seguida, deram-nos a ordem de nos levantar, nos disseram para olhar o meu filho e depois eles nos prenderam numa outra casa. Como a casa era de palhas trançadas e em espigas, pudemos ver quando estes homens foram embora. Então, com raiva, fiz cair a porta e saímos. Eu vi Roberto estirado por terra, um pouco mais longe. Neste momento, o meu marido saiu do esconderijo atrás da colina. Ele havia visto tudo. Descobrimos que Roberto estava morto, eu desmaiei. Eles haviam assassinado também um homem de 85 anos. Quando eu reencontrei minhas forças, nos colocamos a caminho, as crianças, meu marido e eu para nos esconder na montanha. Caminhamos mais ou menos sete horas. Continuamos a caminhar na estrada que vai à Bogotá, para chegar, em fim, na casa de um de nossos parentes que nos acolheu. Sabendo da nossa situação, os vizinhos nos trouxeram roupas, sapatos e alimentos... Depois, as Irmãs vieram nos fazer uma visita. Algum tempo após, elas nos falaram do Centro social de Mosquera e como participar de seus Projetos; nós aceitamos. As Irmãs nos acolheram como sua própria família. Nós que havíamos perdido tudo: filho, casa, terreno..., pudemos graças ao seu apoio caloroso, encontrar a força de superar esta terrível provação, e nós lhe somos muito agradecidos.

O testemunho de Vicenta e o de tantas outras famílias deslocadas me ensinam muito e me evangelizam. Dou graças ao Senhor por este serviço realizado no Centro que ajuda a relativizar meus pequenos problemas pessoais e a superá-los.

Irmã Ursulina QUINTERO
Filha da Caridade

Nomeações

PROVÍNCIA DA BÉLGICA: Irmã Christiane VERCAUTEREN foi designada novamente Visitadora por três anos, no dia 8 de fevereiro de 2006.

PROVÍNCIA DA INDIA DO SUL: Irmã Rosa KIDANGEN foi designada Visitadora em substituição de Irmã Mary KUNNAPPALLY, no dia 15 de fevereiro de 2006.

PROVÍNCIA DA INDIA DO NORTE: Irmã Grace MOOLAN foi designada novamente Visitadora por três anos, no dia 22 de fevereiro de 2006.

PROVÍNCIA DE BOGOTÁ: Irmã Nubia QUINTERO QUINTERO foi designada Visitadora em substituição de Irmã Hilda APONTE, no dia 6 de março de 2006.

PROVÍNCIA DO MÉXICO: Irmã Maria Graciela RUBIO MONCADA foi designada Visitadora, no dia 6 de março de 2006.

PROVÍNCIA DE ROMA: Irmã Amélia CICCONOFRI foi designada Visitadora em substituição de Irmã Béatrice PRIORI, no dia 22 de março de 2006.

PROVÍNCIA DE PORTO RICO: Irmã Teresa DIAZ BIRD foi designada Visitadora em substituição de Irmã Juanita FLORES, no dia 5 de abril de 2006.

PROVÍNCIA DA SUÍÇA ROMANDE: Irmã Madeleine SAILLARD foi designada Visitadora em substituição a Irmã Pia HUMBEL, no dia 05 de abril de 2006.

PROVÍNCIA DA INDONÉSIA: Irmã Anna SOEPRAPTIWI foi designada novamente Visitadora por três anos, no dia 27 de abril de 2006.

PROVÍNCIA DE SÃO SEBASTIÃO: Irmã Cármen PEREZ foi designada novamente Visitadora por três anos, no dia 1º de agosto de 2006.

* * * * *

PROVÍNCIA DA NIGÉRIA: o Padre Eamon RAFTERY foi renomeado Diretor das Filhas da Caridade por três anos, no dia 8 de março de 2006.

PROVÍNCIA DO EQUADOR: o Padre Edmundo BURBANO PORTILLA foi nomeado Diretor das Filhas da Caridade, no dia 13 de março de 2006.

PROVÍNCIA DE NOVA YORK: o Padre Gerard LUTTENBERGER foi nomeado Diretor das Filhas da Caridade, no dia 13 de março de 2006

PROVÍNCIA DA CHINA: o Padre Jan Van AERT foi nomeado Diretor das Filhas da Caridade, no dia 13 de março de 2006.

PROVÍNCIA DA INDIA DO NORTE: o Padre Thomas KOTTIRI foi nomeado Diretor das Filhas da Caridade, no dia 24 de março de 2006.

PROVÍNCIA DA INDONÉSIA: o Padre Franciscus HARDJODIRONO foi nomeado Diretor das Filhas da Caridade, no dia 28 de março de 2006.

PROVÍNCIA DE SEVILHA: o Padre Manual FREIRE QUINTERO foi renomeado Diretor das Filhas da Caridade por três anos, no dia 28 de abril de 2006.

PROVÍNCIA DE CHELMNO-POZNAN: o Padre Pawel SLIWINSKI foi nomeado Diretor das Filhas da Caridade, no dia 28 de abril de 2006.

PROVÍNCIA DO VIETNÃ: o Padre Joseph PHAN THAI HOA foi nomeado Diretor das Filhas da Caridade, no dia 28 de abril de 2006.

PROVÍNCIA DE CRACÓVIA: o Padre Marcin STASIOWSKI foi renomeado Diretor das Filhas da Caridade por três anos, no dia 2 de maio de 2006.

PROVÍNCIA DA BÉLGICA: o Padre Daniel MARTELLO foi renomeado Diretor das Filhas da Caridade por três anos, no dia 1º de julho de 2006. O Padre Théo JEURIS foi renomeado como Sub-diretor por três anos, no dia 1º de julho de 2006.

PROVÍNCIA DE MADAGÁSCAR: o Padre Kazimierz BUKOWIEC foi renomeado Diretor das Filhas da Caridade por três anos, no dia 19 de julho de 2006.

PROVÍNCIA DE MADRID SÃO VICENTE: o Padre Enrique SANZ PORRAS foi renomeado Diretor das Filhas da Caridade por três anos, no dia 19 de julho de 2006.

Testemunho das Irmãs

Província da África Central

Visita do Padre Grégory Gay, Superior geral

No dia 14 de março de 2006, o Padre Grégory Gay, Superior geral, chega em nossa Província da África Central. Ele encontra-se com a Visitadora, Irmã Sabina Iragui, em Mukungu, a primeira Comunidade fundada em 1973, no sudoeste de Ruanda, onde as Irmãs asseguram diferentes serviços no centro de saúde, no centro nutricional e no centro para a promoção dos pobres. O padre e a comunidade paroquial acolhem alegremente o Padre Grégory para a Celebração Eucarística. Por ocasião de sua visita ao centro de saúde, o Padre se aproxima de cada doente, dizendo-lhe uma palavra de conforto. Em seguida, encontra-se com os membros da família vicentina e os convida a irem além: *"Os pobres são os protagonistas e os preferidos de Deus. O Senhor nos pede que os sirvamos com amor"*. Finalmente, conversou com as Irmãs, escutando suas experiências, suas alegrias e suas dificuldades e falou de suas impressões sobre a missão e a realidade de seu serviço de Superior geral.

Chega o momento de ir para Burundi em Rwisabi onde as Irmãs vêm encontrar-se com as Irmãs de Ruzo, próximo da fronteira da Tanzânia. No decorrer da Missa na Igreja paroquial, o Padre Grégory nos convidou a progredir num amor cada vez mais fraterno: *"Convido-os a perdoar, a trabalhar para desenraizar o ciúme que destrói a vida humana e a vida das famílias"*.

Em seguida, voltou para Butare, no sul de Ruanda, a fim de encontrar-se com as duas comunidades, uma que assegura a formação das postulantes, o serviço do orfanato e dos doentes de AIDS, uma outra que acolhe o Seminário. Lá, Padre Grégory incentiva as Irmãs jovens a viverem plenamente o tempo de formação e as outras Irmãs, a serem responsáveis por sua própria formação e a colaborarem com os leigos para servir os pobres com o espírito de São Vicente.

Na volta para o norte do país, o Padre chega em Nemba lugar onde as Irmãs chegaram em 1972 para o serviço dos doentes no hospital. O bispo da diocese veio cumprimentar o Superior geral. A Igreja paroquial estava cheia. Depois da visita da paróquia, ele se reuniu com os membros da família vicentina. No dia seguinte, muitas Irmãs da Província vieram a Kigali para a Celebração Eucarística. No decorrer da Eucaristia, o Padre disse: *"Como Padres da Missão, somos chamados a ser os pais dos pobres, e como Filhas da Caridade, as mães para o serviço de todas as pessoas que sofrem"*. Irmã Sabina agradeceu cordialmente o Superior geral, pois *"era a primeira vez que um Superior geral lhes visitava"* e apresenta a situação atual da Província que existe há 5 anos, embora a Companhia esteja presente no país há 35 anos. Ela é composta de 9 comunidades: 2 no Burundi e 7 em Ruanda, 58 Irmãs das quais 37 nativas e 21 missionárias, 4 postulantes e 5 pré-postulantes. Com a ajuda de um poiwer-point Irmã Maria Carmen projetou a história da Província desde sua fundação no Burundi em 1971, e no Ruanda em 1973. Evidentemente, Mère Christiane Chiron foi lembrada, assim como as primeiras missionárias e nós contemplamos juntos as maravilhas realizadas por Deus ontem e hoje. O Padre Grégory nos falou que ficou impressionado com a alegria e a fé de nosso povo apesar dos sofrimentos. Ele pediu-nos para que mantivéssemos o equilíbrio entre a vida de oração e a vida comunitária para realizar um serviço de qualidade.

Depois de alguns conselhos às Irmãs Serventes, ele pediu às Irmãs companheiras a permanecerem imbuídas de um olhar de fé, de um espírito de bondade e de compreensão.

Um grupo de Irmãs

Palavra dos Pobres

Quase-Província

“Meu Evangelho é minha mãe!”

Educada em um orfanato, Matilde nunca conheceu seus pais. Muito jovem, ela teve que trabalhar na fábrica e aprender a se desenvolver sozinha. Seu único desejo era constituir uma família para conhecer a ternura familiar que ela nunca tinha recebido.

Um dia, Jacques, um rapaz que trabalhava em sua fábrica, disse-lhe que a amava e ela acreditou nele. Eles se casaram. Mas, logo, ela percebeu que Jacques era alcoólatra. Todas as noites, chegava bêbado em casa e batia em sua esposa. Matilde entendeu logo que sua vida familiar ia continuar sendo um longo sofrimento. Ficou grávida, Jacques continuou batendo nela sob o efeito do álcool. Quando Matilde deu à luz a um menino que ela nomeou Miguel, Jacques entrou numa fase de ciúme doentio. Não somente, ele não cuidava do seu filho, mas tornou-se ainda mais violento para com Matilde. Além disso, Jacques começou a traí-la com outras mulheres.

Durante mais de dois anos, Matilde estava cada vez mais infeliz e não acreditava mais poder encontrar a felicidade que ela tanto havia esperado. É no vazio de sua infelicidade que Matilde vai encontrar Deus. Tendo decidido voltar à Igreja que havia abandonado desde que começou a trabalhar na fábrica, ela conheceu uma religiosa a quem confiou suas provações e suas penas. Com ela, Matilde começou a rezar a Jesus no calvário e a Maria ao pé da cruz. Parecia-lhe que Jesus e Maria tinham sofrido mais do que ela, que em meio ao seu sofrimento cotidiano, Matilde sentia-se de repente perto de Deus. Daquele dia em diante, ela não parou de rezar e começou então um caminho espiritual extraordinário. Sempre mais preocupada com os outros do que com ela mesma, tornou-se mais atenta e mais compassiva para com todas as pessoas que também eram infelizes e que viviam situações trágicas.

Em casa, ela esforçava-se para não deixar transparecer nada, falando positivamente tanto quanto possível com Miguel de seu pai. Mas, Miguel via bem que seu pai batia em sua mãe. Marcado por esta situação de violência doméstica, Miguel crescia cada vez mais inseguro. Aos 12 anos, ele começou a fazer os 400 golpes. Mesmo assim, logo que ele entrava em casa, não importasse o que havia feito, sua mãe permanecia sempre acolhedora e afetuosa, esforçando-se para lhe explicar as coisas, sem lhe fazer repreensão. Porém, Miguel tornava-se cada vez mais difícil. Para Matilde, só uma coisa contava: amar seu filho, ajudá-lo a tornar-se um homem, servi-lo com uma generosidade infinita. Ela continuava pedindo a Deus com confiança. O equilíbrio psicológico de Miguel deteriorou de ano para ano. Cinco anos depois, Miguel caiu seriamente doente e sua mãe continuou cercando-o com um cuidado maravilhosamente compassivo. Sua doença durou vários meses. A cada dia, Miguel tomava consciência de que sua vida ia terminar logo. Ele olhava sua mãe e, nesta proximidade diária, ele a descobria pouco a pouco tão generosa, tão esquecida de si mesma, preocupada com o

bem-estar do outro. Pouco tempo antes de sua morte, Miguel lhe diz: *“Mamãe, eu acredito que eu vou morrer. Eu quero te pedir perdão por tudo o que eu fiz de mal. Eu também quero te dizer que, se teu Deus é tão bom quanto tu, então eu acredito n’Ele. Eu penso que eu O encontrei através de ti. Agora, eu posso morrer em paz e unir-me ao teu Deus. Obrigado”*.

Obrigado, Matilde, pelo testemunho de tua vida, por este dom de ti-mesma que me revela a generosidade infinita do rosto materno de Deus, totalmente voltada para os outros.

Irmã Helène-Marie
Filha da Caridade

Notícias Breves

Um bebê judeu salvo em Salonika!

Há mais de 40 anos, em nome do Estado de Israel, o Museu de “Yad Vashem” de Jerusalém é o Memorial central da Shoah para o povo judeu. Fica situado sobre a colina da lembrança em Jerusalém. Para chegar à casa da Memória, é preciso escalar o “ Corredor dos Justos” onde foi plantada uma árvore em memória dos “Justos das Nações”, título destinado aos judeus que durante a Segunda Guerra Mundial, ajudaram os judeus em perigo, arriscando sua própria vida.

Em Israel, o dia 27 de janeiro é um dia dedicado à memória das vítimas do Nazismo. Neste dia, eu me encontro no corredor dos Justos que conduz à Casa da Lembrança, perto do Yah Vashen. Entre as numerosas árvores, há duas delas as quais eu admiro muito.

Estas duas árvores recordam um acontecimento ocorrido em Salonika na Grécia, durante Segunda Guerra Mundial. Uma é dedicada a meus pais, a outra a uma Filha da Caridade, Irmã Giuseppa. Em 1940, meus pais italianos residem na Grécia. É então que Mussolini declara a guerra e que os exércitos italianos invadem a Grécia. Porém, naquele momento, os Alemães ocupam Salonika. Eles começam a procurar os judeus e os obrigam a usarem uma estrela amarela para identificá-los. Na escola primária, com outros colegas, desejamos esta estrela amarela preza nos aventais, não sabíamos o significado terrífico desta decoração. Nossa casa ficava próxima a das Filhas da Caridade onde minha mãe tinha estudado e com as quais ela tinha permanecido em contato. Em 1943, Irmã Giuseppa, toda pálida apresenta-se em casa, com um bebê de alguns meses nos braços. Ela diz à minha mãe: “É uma criança judia, encontramos em nossa capela. Ajude-nos, nós não podemos dizer que ela nasceu em um convento!” Depois de um olhar rápido de consentimento entre meus pais, meu pai lhe diz: “Nós diremos que ela é nossa”. Assim durante três anos, em Salonika eu, filho único, tive uma “irmãzinha judia”, Réna.

Depois da guerra, nós nos separamos de Réna que permanece na casa das Irmãs. Minha família foi expulsa pela Grécia e nós nos encontraremos em Florença. Eu aprendi que 60.000 judeus tinham sido exterminados. Só algumas centenas haviam sido salvas. Entre eles, os verdadeiros pais da minha “irmãzinha judia”. Sua mãe, Edda, tendo sobrevivido milagrosamente no campo de concentração, foi enviada para Paris pela Cruz Vermelha. Edda vai à Casa-Mãe na rua do Bac para pedir notícias de sua filhinha Réna que ela tinha entregue durante a guerra na casa das Filhas da Caridade de Salonique onde morava Irmã Giuseppa. Ela então entrou em contato com Edda que lhe entregou sua filha em mãos. Quando eu

estava em Florença, soube que “minha irmãzinha provisória” e seus pais tinham voltado para Israel, são e salvos. Então, eu não soube mais nada durante anos.

40 Anos depois, após uma emissão transmitida pela televisão grega, recebi uma carta da Grécia: “*Querido senhor, eu sou o bebê judeu de Salonique...*”. Foi um choque em meu coração. Nós nos encontramos novamente num espírito de fraternidade imensa e foi ela “minha irmãzinha” quem quis plantar, perto de Yad Vashen, a árvore dedicada a meus pais. E, de comum acordo, nós plantamos também, ao lado, uma outra árvore dedicada a Irmã Giuseppa que, pela força de seu amor, fez começar e continuar nossa história.

Vittorio CITTERIC
Trecho do Jornal Avvenire

Hospital do Senhor

*Fui ao Hospital do Senhor, para fazer um Check-up de rotina
e constatei que estava doente.
Quando Jesus mediu minha pressão,
constatou que estava baixa de ternura.
Ao medir a temperatura, o termômetro registrou 40° de egoísmo.
Fiz um eletrocardiograma
e foi diagnosticado que eu necessitava de uma ponte de amor,
pois minhas veias estavam bloqueadas por não abastecerem meu coração vazio.
Ortopedicamente tinha dificuldade de andar
lado a lado com os amigos e não conseguia abraçá-los por ter fraturado o braço, ao tropeçar
na minha vaidade.
Tinha miopia constatada
por não enxergar além das aparências.
Quando me queixei de não poder ouvi-lo,
Jesus diagnosticou bloqueio em decorrência das palavras vazias do dia-a-dia.*

*Após esta consulta,
o Senhor me prescreveu a seguinte receita:
Tomar:
- ao levantar: chá de “obrigado Senhor por este novo dia”.
- Ao entrar no trabalho: uma colher de sopa de “Bom dia meus irmãos e irmãs”!
- E de hora em hora: um comprimido de “Paciência”
com meio copo de “Humildade”.
- Ao chegar em casa: uma injeção de “Amor”
- ao deitar-me: duas cápsulas de “Consciência tranqüila”
após ter pedido perdão.*

*Obrigado Senhor por esta consulta gratuita
e pelo reconforto de Tua grande misericórdia,
Doravante, prometo prolongar este tratamento diariamente
e de prolongá-lo até a hora de minha morte.*

*Teu eterno paciente
À partir de um texto de Luiz Gentile Filho
Extraído do jornal Provincial da Bélgica*